

Análise Conjuntural

ISSN 0102-0374



IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Curitiba, v.26, n.3-4, p.1-44 março/abril 2004

SUMÁRIO

E strutura produtiva e de exportação paranaense: uma contribuição ao debate sobre competitividade e desenvolvimento <i>Christian Luiz da Silva</i>	2
F inanças públicas: considerações sobre a estrutura da despesa da União <i>Julio Takeshi Suzuki Júnior</i>	8
P olítica econômica em 2004: inconsistências e saídas <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	10
E conomia brasileira: dimensão e potencial <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	15
N ovo indicador da produção industrial <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	19
E xportações paranaenses do complexo agroindustrial do primeiro trimestre <i>Bruno Reinoso Hybner e Shelbert Braz</i>	22
P araná – Destaques Econômicos <i>Julio Takeshi Suzuki Júnior, Bruno Reinoso Hybner, Cleber Parnoff e Shelbert Braz</i>	24
E conomia Paranaense Indicadores Selecionados	27

Estrutura produtiva e de exportação paranaense: uma contribuição ao debate sobre competitividade e desenvolvimento

Christian Luiz da Silva*

INTRODUÇÃO

A industrialização foi retomada na década de 1990 no Paraná pelo processo de abertura econômica iniciado no Governo Collor e fortalecida a partir da implementação do Plano Real. Essa iniciativa buscou criar novos eixos industriais, distribuindo o crescimento industrial entre outras regiões do Estado do Paraná e incentivando a vinda de empresas que fortalecessem o aporte de tecnologia ao produto fabricado regionalmente. Curitiba e sua Região Metropolitana avançaram com novos projetos importantes, estimulados por incentivos fiscais (parte integrante do projeto de industrialização), pelas expectativas frente ao desenvolvimento do Mercosul e pelos projetos de estruturação e modernização da infra-estrutura local e do planejamento regional.

A partir de 1996, quando efetivamente realizaram-se importantes investimentos no Paraná, houve um incremento na participação do Estado no PIB e nas exportações brasileiras. Em 1996, as exportações paranaenses representavam em torno de 8,9% do total exportado pelo Brasil, e em 2003 esse número aumentou para 9,8%. O Produto Interno Bruto da indústria de transformação brasileira, com base em valores constantes em reais de 2000, cresceu em 1,67% ao ano, enquanto a paranaense incrementou seu PIB em 2,29% ao ano. Isso permitiu que a participação do Paraná na formação da indústria de transformação brasileira aumentasse de 5,44% para 5,68%. Sendo a indústria de transformação a maior receptora dos investimentos realizados no Estado nesse período, poder-se-ia compreender que tal atração tenha sido positiva. Contudo, o presente artigo busca discutir a complacência dos números positivos e apontar pontos de vulnerabilidade para a economia regional, com intuito de instigar a discussão sobre os desafios da economia paranaense.

Algumas limitações, contudo, são necessárias. Primeiramente, é importante ressaltar que o presente estudo procura levantar alguns pontos de discussão, sem o intuito de esgotar os argumentos. Consideram-se, inclusive, suficientes tais questões para estabelecer e/ou consolidar linhas de pesquisa no Paraná para avançar esta discussão. Outra questão é a limitação das bases de dados utilizadas para tal avaliação, principalmente a Relação Anual de Informações Sociais

(RAIS). Essa base de dados considera apenas os trabalhadores formais e é preenchida pelas próprias empresas, permitindo erros de classificação pelo mesmo e excluindo uma massa de trabalhadores importantes, principalmente na agroindústria, que trabalha na informalidade. Por fim, as informações referentes ao perfil dos empregados em atividades exportadoras são preliminares e se sustentam pelo banco de dados da RAIS, sendo necessário, contudo, validação dessa informação por meio de pesquisa de campo e análises mais aprofundadas.

Este artigo está organizado em quatro seções, além desta introdução. A segunda apresenta a metodologia utilizada, para a terceira apresentar a concentração da indústria e das exportações paranaenses. A quarta seção caracteriza comparativamente os empregados nas atividades exportadoras e não-exportadoras, e a quinta seção discute as considerações finais.

METODOLOGIA DE PESQUISA

Segundo Gil (1994, p.43), “o objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”. A pesquisa é um processo para a obtenção do conhecimento científico a fim de oferecer alternativas para o problema específico. Esse processo pode ser classificado de acordo com sua finalidade e suas pretensões. A pesquisa realizada é **aplicada**, já que depende dos conhecimentos desenvolvidos pela pesquisa pura, mas tem como interesse a aplicação e as consequências práticas do conhecimento. Além disso, o nível de pesquisa é **exploratório**, considerando que busca desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, visando à formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis em estudos posteriores, além de ter menor rigidez no planejamento, não aplicar técnicas quantitativas e ser realizada com preocupações mais práticas.

*Economista, gerente de projetos da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, professor da FAE Business School, doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e autor do livro “Competitividade na Cadeia de Valor”.

As etapas para coleta e tratamento dos dados foram:

- a) Definição da concentração da estrutura industrial do Paraná na Região Metropolitana de Curitiba - a fonte dessa informação foi o artigo de Silva e Farah Jr. (2003).
- b) Definição dos produtos exportados pelo Paraná - a fonte foi o banco de dados da Secex (Secretaria de Comércio Exterior), a partir da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) de oito dígitos (maior detalhamento possível), de 1996 a 2003, em valores anuais em dólares americanos.
- c) Cálculo da evolução de cada item exportado de 1996 a 2003.
- d) Reclassificação por cadeias produtivas - produtos fortemente pertencentes a uma cadeia foram agrupados e denominados complexos. Por exemplo: autopeças e automóveis em complexo automotivo; soja em grão, óleo de soja bruta e refinada em complexo da soja. Tal reclassificação buscou aglutinar informações para melhor tratá-las e discuti-las.
- e) Avaliação das principais mudanças das exportações paranaenses por complexo. Ressalte-se que foram avaliados apenas os mais representativos, sendo que 12 produtos totalizam mais que 80% das exportações.
- f) Extração de informações da RAIS por segmento e quantidade de trabalhadores por escolaridade, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) - com dois e cinco dígitos.
- g) Identificação das atividades econômicas exportadoras do Paraná a partir da compatibilização da NCM (exportação) e CNAE.
- h) Compatibilização da lista de produtos exportados, reclassificada em complexos, com a classificação CNAE dois dígitos das atividades econômicas da RAIS. Para itens em que a classificação CNAE dois dígitos não era facilmente identificada dentre a lista de produtos exportados, avaliou-se o detalhamento daquela atividade na lista da CNAE cinco dígitos. Com esse maior detalhamento, procurou-se compatibilizar os produtos exportados com a codificação CNAE. Nos casos de dúvida, verificou-se a lista de empresas exportadoras, a fim de identificar se alguma poderia ser classificada naquele item da CNAE.
- i) Validação das atividades consideradas exportadoras: para aquelas atividades cuja classificação CNAE dois dígitos fosse muito ampla (tal como agricultura e pecuária), aplicaram-se os itens de classificação CNAE para cinco dígitos. Para demais itens, como automóveis, permaneceu classificação de dois dígitos.

- j) Eliminação de atividades que não estão diretamente relacionadas à atividade indústria (código CNAE 38 em diante).
- l) Construção de duas bases: atividades exportadoras e não-exportadoras.
- m) Relação entre empregados nas atividades exportadoras e não-exportadoras.
- n) Avaliação do perfil do trabalhador e características da atividade.

A partir da base de informações construídas e das avaliações preliminares, pretendeu-se compreender melhor o problema de pesquisa e estipular novas hipóteses para futuros trabalhos.

ESTRUTURA PRODUTIVA E BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE

O Estado do Paraná é caracterizado pela desigualdade regional oriunda da concentração econômica. Em torno de 46% do valor adicionado em 2002 estavam localizados na mesorregião da Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Além disso, apenas os municípios da RMC e do Oeste, das 10 mesorregiões existentes, têm um PIB *per capita* maior que a média do Paraná (R\$ 6.644 em 1999 - IPARDES, 2003a). Essa concentração é observada também nas atividades de maior valor adicionado: 52% do valor adicionado no setor secundário e 50% do comércio se concentram na RMC. Já a atividade de serviços concentra o equivalente a 69% do valor adicionado do Estado nessa região.

A concentração do setor secundário na RMC se consolidou na década de 1990. O quadro 1 mostra a evolução entre 1990 e 2000 quanto aos principais gêneros industriais. Em alguns destes houve redução da participação dessa região no valor adicionado do Estado. Entretanto, a região continua determinante do valor adicionado do setor secundário no Estado do Paraná.

A concentração industrial na RMC também denota a importância desta na dinâmica da atividade tecnológica. Segundo classificação do IparDES (2003a), pode-se compor as atividades econômicas paranaenses em 4 grupos: tradicionais não-inovativos; tradicionais inovativos; e modernos inovativos. Esse último concentra principalmente as atividades vinculadas a transportes (automotivo), máquinas e equipamentos, agroquímico e químico. Todas essas atividades têm forte presença na RMC, tornando-a referencial tecnológico para os padrões do Paraná.

Essa concentração econômica reflete-se na geração de empregos por estabelecimentos. Na RMC, concentram-se 31% dos estabelecimentos do Paraná, sendo que 46% destes empregam mais de 100 pessoas e representam 44% do total de empregos formais do Paraná em 2000. Nessa região, registra-se também o maior percentual de empregados com remuneração superior a três salários mínimos (29% dos empregados dessa região, sendo que em Curitiba esse percentual é de 59%).

QUADRO 1 - PARTICIPAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA NO VALOR ADICIONADO DO ESTADO EM 1990 E 2000, POR GÊNERO INDUSTRIAL SELECIONADO

GÊNERO INDUSTRIAL	TIPO DE BEM	VALOR ADICIONADO (%)	
		1990	2000
Minerais Não-Metálicos	Bem intermediário	85	84
Madeira		26	49
Química		75	77
Materiais Plásticos		76	66
Metalúrgica	Bens de Capital e de Consumo Duráveis	68	61
Mecânica		90	83
Materiais Elétricos e Comunicações		92	92
Transportes		92	96
Alimentos	Bens de Capital e de Consumo Não-Duráveis	21	20
Têxtil		8	14
Confecções		27	20
Mobiliário		42	32
Bebidas		73	53
Fumo		98	79

FONTES: SEFA, IPARDES - Tabulações especiais

NOTA: Extraído de IparDES (2003b)

A concentração também ocorre em termos de exportações. Mais de 60% da pauta de exportação se concentra em apenas quatro grupos de produtos: soja, automóveis, avicultura e madeira (tabela 1). As exportações paranaenses tiveram expressivo crescimento de 1996 a 2003 (68% no período – em torno de 7,7% ao ano), enquanto as vendas externas no Brasil cresceram 53%. Isso permitiu que a participação do Paraná nas exportações brasileiras crescesse de 8,9% para 9,8% nesse período.

TABELA 1 - PERCENTUAL DA PARTICIPAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS SELECIONADAS NA PAUTA DE EXPORTAÇÃO PARANAENSE - 1996/2003

ITEM EXPORTADO	PARTICIPAÇÃO (%)	
	2003	1996
Complexo Soja	35	47
Complexo Automotivo	19	6
Complexo Avicultura	6	5
Complexo Açúcar	3	2
Complexo Café	2	5
Milho em Grão	4	1
Cigarros de Fumo	0	5
Complexo Madeira	9	4
Complexo Papel e Celulose	1	3
Carnes de Suíno	1	0
Fios de Seda	0	1
Complexo Bovino	1	1
Outros	19	18

FONTE: MDIC/SECEX - AliceWeb

NOTA: Denominaram-se complexos os produtos exportados e relacionados diretamente a uma atividade econômica.

Contudo, mais significativa que esse incremento foi a mudança na estrutura exportadora do Estado. Em 1996, 47% das exportações foram originárias do complexo da soja; já em 2003, essa participação reduziu-se para 35%. Em compensação, o complexo

automotivo incrementou as exportações a partir de 2000, quando se consolidaram os investimentos iniciados em 1995, representando 19% do total exportado pelo Estado em 2003 contra 6% em 1996 (ver tabela 1). Outras mudanças importantes foram: fortalecimento do milho; diminuição relativa do café e papel e eliminação do cigarro. Esse último caso se deu em razão da mudança da fábrica da Phillip Morris de Curitiba para Santa Cruz do Sul, resultado de crises internacionais no mercado importador do produto (Rússia, principalmente) e reestruturações internas da empresa.

Nota-se, contudo, que há uma predominância de exportações paranaenses sustentadas em vantagens comparativas, ou seja, em *comodities* cujo fator terra é importante para explicar a competitividade das firmas presentes naqueles mercados. Tanto soja quanto açúcar, café e milho, apesar de usarem mais intensivamente a tecnologia nos últimos anos, são ainda dependentes da terra e de suas intempéries.

Já a cadeia de carnes desponta com capacidade tecnológica e organizacional, especialmente a avicultura. Essa capacidade permitiu o crescimento das exportações de carne no período, apesar da fragilidade desse mercado a problemas sanitários, por exemplo, e limitações produtivas relacionadas a tais questões. O sucesso contínuo nesse mercado depende não somente da eficiência organizacional e tecnológica, mas também da manutenção da sanidade animal.

Por fim, a soja, principal produto paranaense exportado, teve forte redução de sua participação nas exportações brasileiras e na sua representatividade no total exportado pelo Estado. Enquanto em 1996 o Paraná representava 45% do total exportado pelo Brasil, em 2003 esse número era de apenas 30%. Parcialmente, essa redução pode ser explicada pelo deslocamento da produção de soja para outros Estados, especialmente

para Região Centro-Oeste. O crescimento da produção brasileira foi de 12% ao ano no período, incrementando a participação relativa dos produtos brasileiros, que era de 18% em 1996, para 27% em 2003, e suprimindo o crescimento da demanda mundial, que foi em torno de 5,5% ao ano (FAO, 2002).

Os resultados da balança comercial paranaense não foram ruins em razão da mudança da estrutura da balança comercial, incrementando a venda de produtos com maior valor adicionado e de agregado tecnológico, especialmente o complexo automotivo. Parte disso foi resultado dos investimentos pós 1995, ressaltando-se a consolidação do Paraná como um pólo automotivo.

Essa discussão remete a duas questões, que serão apenas levantadas neste texto. A primeira trata da necessidade de maior diversificação da pauta exportadora, buscando produtos com maior valor agregado. A outra questão está relacionada às evidências denotadas pelos números da exportação paranaense, que mostram que as vantagens competitivas podem ser criadas e que as vantagens comparativas, ao contrário do que alguns pensam, podem chegar ao fim ou serem suplementadas. Esses dois temas são, contudo, propostas para outros debates, apesar de serem mais bem-definidos a partir da caracterização das diferenças da mão-de-obra empregada nas bases exportadora e não-exportadora.

Ressalta-se, portanto, a forte concentração regional e por atividade. Enquanto a indústria paranaense está concentrada na RMC e as exportações estão sedimentadas no complexo da soja, com crescente participação da indústria automobilística, percebe-se forte vulnerabilidade do crescimento do PIB estadual em relação a tais atividades e regiões. Para avançar nessa questão é válido compreender melhor a formação da estrutura de exportação e industrial paranaense. Neste artigo, concentrar-se-á na primeira questão, e, por isso, pode-se questionar se o avanço conquistado nas exportações se deu a vantagens comparativas estáticas ou dinâmicas. A seguir, comparam-se algumas características dos trabalhadores em atividades exportadoras e em não-exportadoras, a fim de relacionar com a média do Estado.

COMPARATIVO ESTRUTURAL ENTRE EMPRESAS PARANAENSES EXPORTADORAS E NÃO-EXPORTADORAS

Em torno de 56% dos empregados, exportadores ou não, trabalham para as pequenas empresas (100 empregados). As grandes empresas são mais recorrentes entre as exportadoras, estando 16% dos empregados paranaenses de atividades exportadoras trabalhando em grandes empresas (1.000 deles ou mais). Já a base não-exportadora gera relativamente mais empregos em empresas com menos de 100 empregados, ou seja, em pequenas empresas (69%). Isso levanta a hipótese de importância de economias de escala para garantir a competitividade internacional (tabela 2).

TABELA 2 - COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DA QUANTIDADE DE EMPREGADOS POR TAMANHO DE EMPRESAS EXPORTADORAS E NÃO-EXPORTADORAS, E TOTAL DO PARANÁ - 2002

TAMANHO DA EMPRESA (por número de empregados)	COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DA QUANTIDADE DE EMPREGADOS		
	Empresa		TOTAL
	Exportadora	Não-exportadora	
Até 4	12	7	11
De 5 a 9	8	10	8
De 10 a 19	9	14	10
De 20 a 49	13	22	15
De 50 a 99	10	16	12
De 100 a 249	13	16	14
De 250 a 499	11	7	10
De 500 a 999	8	5	7
1 000 ou mais	16	3	13

FONTE: MTE - RAIS

Considerando o nível de escolaridade como uma *proxy* utilizada para explicar a capacidade de inovar e de agregar valor, a tabela 3 mostra que a **base não-exportadora** tem relativamente mais empregados com nível de escolaridade maior (com 2º grau completo) que a **base exportadora**. Enquanto a **primeira tem 62%** dos empregados com escolaridade **maior** ou igual a **8ª série completa**, a **segunda tem 67%** de pessoas com escolaridade **maior** ou igual àquele grau de escolaridade.

TABELA 3 - COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DA QUANTIDADE DE EMPREGADOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE DE EMPRESAS EXPORTADORA E NÃO-EXPORTADORA, E TOTAL DO PARANÁ - 2002

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DA QUANTIDADE DE EMPREGADOS		
	Empresa		TOTAL
	Exportadora	Não-exportadora	
Analfabeto	1	1	1
4ª Série Incompleta	10	5	9
4ª Série Completa	15	11	14
8ª Série Incompleta	17	16	17
8ª Série Completa	19	22	20
2º Grau Incompleto	11	15	12
2º Grau Completo	20	23	20
Superior Incompleto	3	3	3
Superior Completo	4	4	4

FONTE: MTE - RAIS

A baixa escolaridade relativa da base exportadora não se reflete no nível de remuneração. Tanto a base exportadora quanto não-exportadora têm 85% dos empregados ganhando até quatro salários mínimos (tabela 4), apesar de a primeira ter um nível de escolaridade relativamente menor.

Outro fato interessante, vinculado ao processo de aprendizagem e, portanto, ao tecnológico, diz respeito ao tempo de admissão dos empregados. Quanto mais se trabalha em uma empresa, maior tende a ser a produtividade do colaborador, em razão do conhecimento acumulado em sua função e do conhecimento dos processos da empresa para agilização dos resultados. Nota-se que a base exportadora se concentra mais na faixa com tempo de admissão maior que 60 meses, e os trabalhadores da base não-exportadora permanecem, em sua maioria, 24 meses na empresa (tabela 5). Nesse

caso, há uma importância relativa da base exportadora, fortalecendo a hipótese de maior conhecimento da base local exportadora, porém em termos relativos com a pequena diferença.

TABELA 4 - COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DA QUANTIDADE DE EMPREGADOS POR FAIXA DE RENDA DE EMPRESAS EXPORTADORAS E NÃO-EXPORTADORAS, E TOTAL DO PARANÁ - 2002

FAIXA DE RENDA (em salários mínimos)	COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DA QUANTIDADE DE EMPREGADOS		
	Empresa		TOTAL
	Exportadora	Não-exportadora	
Até 0,50	0	0	0
0,51 1,00	3	4	3
1,01 1,50	19	29	22
1,51 2,00	29	24	27
2,01 3,00	24	20	23
3,01 4,00	9	8	9
4,01 5,00	5	4	5
5,01 7,00	4	4	4
7,01 10,00	3	3	3
10,01 15,00	2	2	2
15,01 20,00	1	1	1
Mais de 20,0	1	1	1

FONTE: MTE - RAIS

TABELA 5 - COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DA QUANTIDADE DE EMPREGADOS POR TEMPO DE ADMISSÃO EM EMPRESA EXPORTADORA E NÃO-EXPORTADORA, E TOTAL DO PARANÁ - 2002

TEMPO DE ADMISSÃO (em meses)	COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DA QUANTIDADE DE EMPREGADOS		
	Empresa		TOTAL
	Exportadora	Não-exportadora	
Até 2,9	10	11	10
3,0 a 5,9	9	11	10
6,0 a 11,9	15	17	16
12,0 a 23,9	18	20	18
24,0 a 35,9	12	12	12
36,0 a 59,9	13	13	13
60,0 a 119,9	15	11	14
120 ou mais	8	5	8

FONTE: MTE - RAIS

Uma explicação sobre o conhecimento acumulado pode ser relativa à idade média. Na base exportadora, há menos jovens que na base local, que não exporta. Na tabela 6, verifica-se que das empresas que exportam, 76% têm empregados entre 15 e 39 anos. Enquanto isso, a base não-exportadora possui 79% dos empregados nessa faixa de idade.

TABELA 6 - COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DA QUANTIDADE DE EMPREGADOS POR FAIXA ETÁRIA DE EMPRESAS EXPORTADORAS E NÃO-EXPORTADORAS, E TOTAL DO PARANÁ - 2002

FAIXA ETÁRIA	COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DA QUANTIDADE DE EMPREGADOS		
	Empresa		TOTAL
	Exportadora	Não-exportadora	
10 a 14	0	0	0
15 a 17	1	3	2
18 a 24	25	28	25
25 a 29	19	19	19
30 a 39	31	29	30
40 a 49	17	16	17
50 a 64	7	6	7
65 ou mais	0	0	0

FONTE: MTE - RAIS

Por fim, com o objetivo de verificar a disseminação dos ganhos proporcionados pelo setor industrial, observa-se na tabela 7 que 81% da base local exportadora é do sexo masculino, sendo 63% da base não-exportadora.

TABELA 7 - COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DA QUANTIDADE DE EMPREGADOS POR SEXO EM EMPRESAS EXPORTADORAS E NÃO-EXPORTADORAS, E TOTAL DO PARANÁ - 2002

FAIXA ETÁRIA	COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DA QUANTIDADE DE EMPREGADOS		
	Empresa		TOTAL
	Exportadora	Não-exportadora	
Masculino	81	63	77
Feminino	19	37	23

FONTE: MTE - RAIS

Diante desses argumentos, pode-se discutir que o incremento das exportações paranaenses não ocorreu a partir das mudanças estruturais nas indústrias instaladas, ou seja, o perfil do empregado paranaense em empresas exportadoras ainda é de mais baixa qualificação e remuneração, apesar de trabalharem em empresas de maior porte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo é levantar algumas questões referentes à estrutura industrial e exportadora paranaense, a fim de avaliar as vulnerabilidades existentes para a economia regional. Pode-se observar que a estrutura produtiva da indústria paranaense está fortemente concentrada na RMC, assim como a exportadora está concentrada nos complexos soja, automotivo e avicultura. A retomada dos investimentos no Paraná ampliou a concentração regional, porém permitiu maior diversificação da pauta exportadora, com crescimento significativo das exportações do complexo automotivo. Ao mesmo tempo, houve incremento moderado, porém constante, do complexo da avicultura, que se tornou uma das mais importantes atividades exportadoras do Estado.

Essas concentrações – regional e de atividade – tornam o resultado das exportações do Estado vulnerável ao desempenho dos complexos soja, automotivo e avicultura, bem como da indústria da RMC. O complexo soja, por exemplo, que representa em torno de 35% das exportações paranaenses, é considerado um risco para a balança comercial brasileira e, portanto, paranaense, em razão da valorização do produto no mercado internacional nos últimos anos. Um estudo realizado pela MS Consult e citado por Fraga (2004) argumenta que se os produtos do complexo soja recuassem a preços negociados em níveis históricos, as exportações brasileiras reduziriam em 2,7 bilhões de dólares. Para se ter uma idéia da dimensão desse número, as exportações brasileiras em 2003 foram de 7,2 bilhões de dólares americanos.

Arbache e De Negri (2001) argumentam que os determinantes das exportações brasileiras são direcionados a partir de segmentos com empregados mais qualificados, o que é contrário às teorias de tradicionais

de comércio internacional, que ressaltam a especialização de países em desenvolvimento em atividades concentradoras de menor agregado tecnológico. Os autores argumentam que educação, tecnologia e escala de produção são determinantes das exportações de um país em desenvolvimento, ressaltando as limitações explicativas dos modelos de comércio internacional baseados em análises de dotação e intensidade do uso de fatores abundantes. Assim, Arbache e De Negri concluem que “educação, tecnologia e escala de produção não devem ser negligenciadas nas análises do desempenho exportador e de eventuais políticas públicas de fomento ao comércio exterior” (p.1). A partir das constatações para a indústria exportadora paranaense, nota-se que ainda os determinantes estão muito concentrados nas vantagens comparativas da produção agrícola e nas estratégias internacionais de corporações transnacionais, como é o caso do complexo automotivo.

Tais questões denotam a relevância de rediscutir a base industrial paranaense em termos de especialização tecnológica e desconcentração regional, com a finalidade de diminuir a vulnerabilidade dos resultados econômicos do Estado. Apesar dos resultados positivos conquistados, não se pode esperar que estes se repitam, já que a vantagem competitiva é dinâmica e depende de uma série de fatores determinantes da competitividade da indústria local. Não pensar em tais questões e não avançar na discussão dos objetivos que se delineiam para o Estado em termos de desenvolvimento industrial poderia gerar reduções significativas na importância relativa do Paraná para a economia brasileira e a perda do dinamismo regional.

Deve-se ressaltar a importância desse tema para o atual Governo. Um dos programas de governo almeja justamente promover o desenvolvimento da produção e

reduzir os desequilíbrios regionais. As ações propostas visam: desenvolver a competitividade em cadeias produtivas; promover a criação, a atração, e a ampliação de empresas, com a finalidade de gerar empregos; apoiar a implementação e a modernização de empreendimentos industriais e agrícolas; identificar e estimular processos de organização de arranjos produtivos locais e expandir a base exportadora paranaense, entre outros objetivos (PARANÁ, 2003). Tal programa demonstra a sintonia do Estado com os problemas regionais, permitindo, a partir disso, avançar nas discussões.

Diante disso, coloca-se como proposta para novos trabalhos a discussão mais aprofundada da caracterização das atividades exportadoras e não-exportadoras, a fim de avaliar alternativas para que indústrias do primeiro grupo migrem para o segundo, objetivando diversificar a base exportadora. Propõem-se também estudos mais avançados sobre a estrutura industrial paranaense, a fim de avaliar as potencialidades e dificuldades para seu desenvolvimento, e desconcentração regional, com intuito de propor políticas industriais que sedimentem esse setor no Estado do Paraná e promovam o desenvolvimento industrial. Sugere-se, também, a atualização do estudo feito pela MS Consult sobre o impacto das variações dos preços das *comodities* sobre as exportações paranaenses, para mensurar a vulnerabilidade das vendas do Estado para outros países, com relação ao preço internacional. Saliente-se que alguns estudos estão em desenvolvimento; contudo, como mencionado na introdução, essas contribuições são necessárias, mas não suficientes, para o avanço das discussões da economia paranaense. Os limites e as alternativas para o desenvolvimento regional devem ser debatidos continuamente, a fim de alcançar o almejado desenvolvimento econômico e social sustentado.

REFERÊNCIAS

- ARBACHE, Jorge Saba; DE NEGRI, João Alberto. **Determinantes das exportações brasileiras: novas evidências**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- FAO - FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. Disponível em: <<http://www.fao.org>>. Acesso em: abr. 2002.
- FRAGA, Érica. Preços da soja e do aço são risco para o país. **Folha de S. Paulo**, 18 abr. 2004. p. B8.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- IPARDES. **Indicadores e mapas temáticos para o planejamento urbano e regional**: Paraná 2003. Curitiba, 2003a. 1 CD-ROM.
- IPARDES. **Paraná: diagnóstico social e econômico** - sumário executivo. Curitiba, 2003b.
- PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. **Plano Purianual – 2004-2007**. Disponível em: <<http://www.pr.gob.br>>. Acesso em: out. 2003.
- SILVA, Christian Luiz da; FARAH Jr., Moises Francisco. Política Industrial e Dinâmica Regional Paranaense na Década de 1990. In: SEMINÁRIO ITINERANTE DE ECONOMIA PARANAENSE, 1., 2003, Curitiba. **Anais**. Curitiba: IparDES, 2003.

Finanças públicas: considerações sobre a estrutura da despesa da União¹

Julio Takeshi Suzuki Júnior

No primeiro trimestre deste ano, o superávit primário do setor público não-financeiro atingiu a marca de R\$ 20,528 bilhões, valor que correspondeu a 5,41% do PIB. O governo central (governo federal, Banco Central e INSS) foi responsável por um saldo positivo de R\$ 17,979 bilhões, enquanto os governos estaduais e municipais contribuíram com R\$ 4,775 bilhões, em contraposição ao déficit de R\$ 2,226 bilhões contabilizado pelas empresas estatais (tabela 1).

A despeito da queda em relação ao superávit registrado no período janeiro-março de 2003 (R\$ 22,835 bilhões, equivalente a 6,55% do PIB), o resultado primário recentemente anunciado supera a meta de 4,25% do PIB fixada para 2004 e a economia de R\$ 14,5 bilhões inicialmente programada para os três primeiros meses deste ano, não deixando dúvidas quanto à disposição do Governo de manter o forte aperto fiscal. Somente no mês de março, a diferença entre as receitas e as despesas não-financeiras do setor público alcançou expressivos R\$ 10,282 bilhões, o maior saldo positivo da série mensal iniciada em 1991.

Mesmo diante da possibilidade de exclusão dos investimentos em infra-estrutura do cálculo do superávit primário, proposta que está sendo estudada pelo FMI, não há sinais de mudanças significativas na atual política fiscal, voltadas à recuperação da função anticíclica do investimento público em períodos de baixo crescimento econômico. Nessa questão, é de conhecimento geral que os investimentos vêm respondendo por participações cada vez menores no total das despesas da União, em conseqüência principalmente do crescimento dos desembolsos com os juros da dívida pública.

Para ilustrar esse processo, enquanto a participação do investimento nas despesas primárias e financeiras caiu de 2,0% em 1995 para 0,7% em 2003, a parcela referente aos gastos com os juros subiu de 6,9% para 7,5% (tabela 2), elevação que se torna ainda mais relevante quando se considera a variação real de +48,7% da despesa global no referido intervalo (com correção pelo IGP-DI). Mais precisamente, em oposição ao crescimento real de 61,5% dos dispêndios com os juros, os recursos destinados ao investimento apresentaram retração de 45,7% no período 1995-2003 (tabela 3), chegando a registrar variações nominais negativas nos anos de 1999, 2002 e 2003, o que explica o expressivo decréscimo de sua participação no conjunto das despesas primárias e financeiras da União.

Da mesma forma, a participação dos gastos com pessoal e encargos também apresentou declínio,

passando de 15,6% do total das despesas em 1995 para 9,0% em 2003, com variação real de -14,1%. Tomando como parâmetro a relação despesa com pessoal/Produto Interno Bruto (portanto, sem a aplicação do IGP-DI), verifica-se queda de 5,86% para 5,16% do PIB no intervalo em análise, como efeito da recomposição apenas parcial dos salários do funcionalismo.

Já no que se refere ao grupo denominado "outras despesas correntes", houve redução de 33,0% para 27,3% de sua participação no total dos gastos, em razão do aumento proporcionalmente maior da despesa global. Como se sabe, o notável crescimento das despesas primárias e financeiras da União foi sustentado principalmente pela arrecadação das novas contribuições sociais, caracterizadas pela inexistência de mecanismos de transferência a estados e municípios e pela vinculação de parte das receitas à seguridade social. Por isso, apesar da queda da participação relativa, os gastos referentes ao grupo de despesas em questão contabilizaram variação real positiva de 23,1%, o que pode ser atribuído também às destinações predeterminadas de recursos, previstas na Constituição Federal de 1988.

Portanto, pode-se concluir que as vinculações de receitas e a obrigatoriedade constitucional da execução de determinadas despesas garantiram razoável preservação dos recursos destinados a áreas específicas, como saúde e educação, não obstante a inflexibilidade orçamentária e a conseqüente limitação da margem de manobra da gestão pública decorrentes desses dispositivos legais.

Passando à amortização da dívida, é importante destacar que o considerável aumento real das despesas no período 1995-2003 (99,7%) e a elevação da participação no total dos gastos (de 39,3% para 52,8%) não representaram a redução do montante dos passivos públicos, dadas as operações de refinanciamento da dívida. Ao contrário, a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) saltou de 29,35% do PIB em janeiro de 1995 para 58,74% em dezembro de 2003, com o endividamento federal evoluindo de 12,48% para 37,23%, mesmo com o pronunciado aumento da arrecadação líquida disponível à União (após transferências a estados e municípios), que atualmente supera a marca de 22% do PIB.

Em outras palavras, a ampliação da carga tributária brasileira, de 28% para 36% do PIB no período 1995-2003,

**Administrador de Empresas, técnico da equipe permanente desta publicação.*

o contingenciamento das despesas discricionárias, principalmente dos investimentos públicos, e a conseqüente obtenção de superávits primários não foram suficientes para compensar integralmente os efeitos expansionistas dos desequilíbrios macroeconômicos sobre a dívida, ao mesmo tempo em que impuseram restrições ao crescimento da economia do país.

As dívidas estão no fato de que não há mais espaço para o aprofundamento da atual política fiscal, em virtude do excessivo ônus já imposto pelo sistema

tributário à renda e à produção nacional, exigindo mudanças mais profundas nos indexadores e nos prazos da dívida pública, de modo a reduzir a sua vulnerabilidade em relação a eventuais medidas monetárias para o controle de pressões inflacionárias. Ademais, é inviável a promoção de novos cortes em determinadas despesas primárias, especificamente nos gastos que já vêm apresentando decréscimos em termos reais, com o objetivo de contrabalançar os crescentes dispêndios de ordem financeira.

TABELA 1 - NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO - 2003-2004

DISCRIMINAÇÃO	RESULTADO PRIMÁRIO					
	1.º Trimestre de 2003		Ano de 2003		1.º Trimestre de 2004	
	Valor (R\$ milhões)	% do PIB	Valor (R\$ milhões)	% do PIB	Valor (R\$ milhões)	% do PIB
Governo central	-14 778	-4,24	-38 744	-2,56	-17 979	-4,73
Governo federal	-19 169	-5,50	-65 343	-4,31	-24 634	-6,49
BC	28	0,01	195	0,01	35	0,01
INSS	4 363	1,25	26 405	1,74	6 620	1,74
Governos estaduais e municipais	-4 911	-1,41	-13 821	-0,91	-4 775	-1,26
Empresas estatais	-3 145	-0,90	-13 608	-0,90	2 226	0,59
TOTAL	-22 835	-6,55	-66 173	-4,37	-20 528	-5,41

FONTE: Banco Central

NOTA: (+) déficit, (-) superávit.

TABELA 2 - COMPOSIÇÃO DA DESPESA PRIMÁRIA E FINANCEIRA DA UNIÃO, SEGUNDO GRUPOS DE DESPESAS - 1995-2003

GRUPO DE DESPESAS	PARTICIPAÇÃO (%)								
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Pessoal e encargos sociais	15,6	14,1	11,4	9,6	8,8	9,4	10,8	11,1	9,0
Juros e encargos	6,9	6,7	5,4	6,2	7,7	6,3	8,8	8,2	7,5
Outras despesas correntes	33,0	32,2	27,0	23,9	22,3	24,8	29,1	30,9	27,3
Investimento	2,0	2,0	1,9	1,6	1,2	1,6	2,4	1,5	0,7
Inversões financeiras	3,1	4,7	16,6	14,4	9,7	1,9	3,4	3,1	2,7
Amortização da dívida ⁽¹⁾	39,3	40,2	37,6	44,2	50,4	55,9	45,5	45,2	52,8
Reserva de contingência	0,1	0,1	0,0	0,0	-	-	-	-	-
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

NOTAS: Dados trabalhados pelo IPARDES.

Dados brutos relativos aos valores executados.

(1) Não inclui o refinanciamento da dívida.

TABELA 3 - TAXA DE CRESCIMENTO E PARTICIPAÇÃO NO PIB DA DESPESA PRIMÁRIA E FINANCEIRA DA UNIÃO, SEGUNDO GRUPOS DE DESPESAS - 1995-2003

GRUPO DE DESPESAS	TAXA DE CRESCIMENTO 1995-2003 (%) ⁽²⁾		DESPESA/PIB (%)			
	Nominal	Real ⁽³⁾	1995	1998	2001	2003
Pessoal e encargos sociais	108,4	-14,1	5,86	5,23	5,45	5,16
Juros e encargos	291,9	61,5	2,59	3,37	4,40	4,29
Outras despesas correntes	198,6	23,1	12,40	12,98	14,62	15,63
Investimento	31,8	-45,7	0,76	0,89	1,21	0,42
Inversões financeiras	211,4	28,3	1,17	7,80	1,70	1,53
Amortização da dívida ⁽¹⁾	384,4	99,7	14,78	23,95	22,89	30,23
TOTAL	260,7	48,7	37,60	54,23	50,28	57,27

FONTE: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

NOTAS: Dados trabalhados pelo IPARDES.

Dados brutos relativos aos valores executados.

(1) Não inclui refinanciamento da dívida.

(2) Variação no ano de 2003, em relação a 1995.

(3) Índice utilizado: IGP-DI médio.

NOTA

¹O autor agradece os comentários e observações de Gilmar Mendes Lourenço, economista, coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES.

Política econômica em 2004: inconsistências e saídas

*Gilmar Mendes Lourenço**

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro registrou declínio de 0,2% no ano de 2003, o que equivaleu ao pior desempenho desde 1992, resultado da estratégia de austeridade fiscal e monetária praticada pelas autoridades econômicas da administração Lula, como forma de superar a crise de confiança instalada no País com a vitória eleitoral e a posse de uma corrente política de centro-esquerda e a subjacente possibilidade de alterações radicais nas regras do jogo.

Ainda que nos mercados predominassem avaliações sustentadas na ausência de alternativas a uma retração econômica associada à “construção da credibilidade”, o ajuste inquestionavelmente conservador promovido pelo Ministério da Fazenda e pelo Banco Central (BC) provocou apreciável encolhimento das atividades produtivas, evidenciado pelo aumento do desemprego e pela redução dos rendimentos dos trabalhadores (formais e informais), o que comprimiu as intenções de compra da população e de inversão das empresas.

O vetor da demanda agregada que vem contabilizando expansão é o das exportações, em razão do excepcional desempenho do agronegócio e da indústria extrativa mineral, atrelado ao começo da recuperação da economia mundial e à continuidade da expansão da demanda chinesa. Registre-se que a economia dos Estados Unidos (EUA) cresceu 3,1% em 2003, ante as taxas de variação de 0,5% e 2,2% verificadas em 2001 e 2002, respectivamente.

A esse respeito, cabe ressaltar que as principais economias emergentes aproveitaram o ambiente de maior liquidez e de menor custo do crédito nos mercados mundiais para consolidarem trajetórias de reativação e/ou expansão produtiva e comercial, notadamente China, Argentina, Rússia, Malásia, Tailândia, Austrália e Indonésia, que registraram evolução do PIB de 9,1%, 8,4%, 7,3%, 4,2%, 4,2%, 4,0% e 3,5%, respectivamente, de acordo com levantamento realizado pela empresa Global Invest.

A orientação econômica do governo Lula vem repousando no cumprimento ampliado da pauta dos mercados financeiros ou, mais precisamente, do tripé formado por superávits primários nas contas públicas, taxas de juros reais elevadas e câmbio flutuante, acordado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) depois da instabilidade cambial do final de 1998 e início de 1999.

A obtenção de saldos positivos nas contas públicas (receitas menos despesas, exceto as financeiras) de 4,25% do PIB atenderia ao requisito de redução do endividamento, à custa de enorme transferência de renda dos atores privados (famílias e empresas) para o setor público, ancorada na elevação da carga tributária de 29,7% do PIB em 1998 para 36,7% em 2003, conforme estimativas do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT).

A carga tributária brasileira é a terceira maior do mundo – atrás apenas da Suécia (53,2%) e da Noruega (44,9%), nações em que a provisão gratuita de serviços sociais é universal –, incorporando o tamanho do Estado, a nada racional gestão dos recursos públicos e a ausência de maior racionalização nos gastos nas diferentes esferas de governo. O mais grave, porém, é que a incidência de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), ICMS, PIS, Cofins, CPMF e IOF sobre bens de capital encarece em mais de 30,0% o custo do investimento no Brasil em confronto com a média mundial.

Além de incitar a sonegação e a informalidade, o fardo de impostos provoca diversos desdobramentos negativos sobre o aparelho produtivo, com destaque para o comprometimento da capacidade de investimento privado e da competitividade da produção nos mercados interno e externo. A carga elevada ainda ocasiona uma espécie de diminuição do desejo de progressão de microempresários beneficiados por regimes especiais de simplificação.

Enquanto isso, a manutenção de juros altos permite o cumprimento das metas de inflação (5,5% em 2004) e a implementação do regime de livre variação da taxa de câmbio proporciona o ajuste externo por meio do maior ingresso de capitais. Em outros termos, a tentativa de financiamento ou ajustamento não-inflacionário do déficit público transforma o Governo no principal tomador de recursos do sistema e conduz ao encarecimento e quase desaparecimento do crédito ao setor privado, sobretudo o de longo prazo.

**Economista, coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, professor da FAE Business School, mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).*

Em outras palavras, com a emissão e a oferta aos bancos de títulos de elevada rentabilidade e desprovidos de riscos, para a rolagem da dívida pública, o governo subtrai do sistema financeiro os haveres que poderiam ser apropriados pela iniciativa privada para a ampliação da capacidade produtiva da economia.

Tal distorção é maximizada pela captação de recursos externos, por bancos e grandes empresas não-financeiras operantes no Brasil, por meio da emissão de papéis com prazo de resgate superior a dois decênios, e sua aplicação em carteiras de curto prazo destinadas prioritariamente à rolagem da dívida pública.

A conjugação entre a crescente carga tributária e o lançamento de títulos públicos para financiar a operação de um Estado deficitário por décadas resulta em aniquilamento do setor produtivo (famílias e companhias não-financeiras) e na permanente impulsão dos ganhos dos intermediários financeiros, maximizada pela acentuação da estrutura de mercado concentrada prevalente no segmento bancário. Tanto é assim que, conforme estimativas da empresa Austin Asis, a participação das cinco maiores instituições no montante de ativos do mercado passou de 45,0% em 1994 para 60,0% em 2003.

Na verdade, passada a etapa de crescimento verificada entre 1994 e 1997, reflexo dos ganhos propiciados pela estabilização monetária derivada do lançamento e execução do Plano Real, particularmente a recuperação dos níveis de consumo, a trajetória do sistema econômico brasileiro recuperou sua peculiaridade instável. A reversão foi efeito da descontinuidade na condução das estratégias monetária, fiscal e cambial, atribuída essencialmente ao advento das crises externas, para encobrir os erros e/ou a falta de ousadia oficial no enfrentamento dos embargos conjunturais.

Com isso, nos dez anos findos em 2003, o PIB total e *per capita* do País cresceu 2,4% a.a. e 1,0% a.a., respectivamente, o que configura resultado medíocre com qualquer base de comparação, principalmente com o padrão histórico de 7,0% a.a. prevalecente no intervalo de tempo compreendido entre o último quarto do século XIX e o final dos anos 70 do século XX.

Aquele período foi caracterizado pela implantação e consolidação das atividades primário-exportadoras, até a Grande Depressão dos anos de 1930, e pela montagem, interação e integração dos três departamentos de produção industriais – fabricantes de bens de consumo não-duráveis e semiduráveis, de bens de consumo duráveis e de bens de produção (capital e intermediários) –, baseada no modelo de substituição de importações com forte presença e participação do Estado (produção direta, infra-estrutura, financiamento e regulação) e elevados montantes de poupança externa (capital de risco e de empréstimo).

A perseguição do paradigma atual elimina qualquer chance de edificação de espaços de sustentação do crescimento

O mais preocupante, porém, é que a perseguição ferrenha do paradigma atual praticamente elimina qualquer chance de edificação de espaços de sustentação duradoura do crescimento com geração de emprego e inclusão social, dada a permanente vulnerabilidade externa e, conseqüentemente, dos riscos de propagação inflacionária dos choques de oferta (câmbio, petróleo, produtos primários, movimento de capitais, entre outros).

A postura adotada pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC, em 2004, interrompendo a marcha de redução mais acelerada da taxa de juros básica (Selic), em função de riscos de descumprimento das apertadas metas de inflação, por conta da suposta ocorrência sincronizada de superaquecimento econômico e aceleração dos reajustes de preços, vem interferindo desfavoravelmente no processo de tomada de decisão privada de ampliação da produção e/ou de realização de novos investimentos em aumento da capacidade.

Essa sinalização da autoridade monetária contém um deslize técnico nada desprezível, dada a falta de indicadores objetivos que fundamentem o delineamento de um panorama sincronizado de pronunciada ascensão dos níveis de atividade e de preços. Partindo do pressuposto quase consensual de que a economia brasileira teria saído do fundo do poço recessivo a partir de outubro de 2003, o presidente da instituição, Henrique Meirelles, chegou a anualizar a variação do PIB no quarto trimestre de 2003 (6,1%), como comprovação e advertência (aos mercados) dos perigos de deflagração de uma indesejável bolha de crescimento, acompanhada de retorno das pressões inflacionárias.

Seria ocioso insistir acerca da inconsistência técnica dos exercícios de anualização do PIB, estimado em bases trimestrais, em economias como a brasileira, submetidas às bruscas oscilações nas políticas monetária e cambial verificadas ao longo dos últimos nove anos.

A dinâmica da produção e dos negócios ainda continua afetada, em grande medida, pelo comportamento dos segmentos mais articulados às exportações, enquanto as variáveis consumo interno e investimento permanecem debilitadas pelos juros e desemprego elevados, pela estagnação do ciclo de reposição de bens de consumo duráveis, ocorrido no quarto trimestre de 2003, e pelo declínio de 13,0% na renda do trabalho herdado do ano passado.

Conforme o Dieese, atualmente, o rendimento médio do trabalhador brasileiro encontra-se aproximadamente 20,0% abaixo do patamar registrado em 1998 e, no ano de 2003, seis em cada dez acordos coletivos de trabalho não conseguiram sequer a reposição das perdas ocasionadas pela inflação. Por extensão, o volume consumido de bens não-duráveis

observou queda de 0,6% – a primeira desde 1994, segundo relatório da empresa AC Nielsen.

A propósito dos investimentos, a contenção dos dispêndios governamentais, associada aos objetivos de produção de superávits primários, o reduzido dinamismo econômico, explicado pela elevação dos juros reais e do montante monetário dos impostos, e a não-definição de um marco regulatório para as áreas de infra-estrutura, têm conduzido as inversões empresariais para projetos de curta maturação (reposição e modernização de linhas), ficando as escolhas estratégicas em aumento da capacidade produtiva em segundo plano.

Apurações da Associação Brasileira das Indústrias de Base revelam que as inversões nos segmentos de infra-estrutura e na indústria de base decresceram 53,8% em 2003. Dos US\$ 6,6 bilhões aplicados, US\$ 2,3 bilhões (34,8%) foram canalizados para a expansão e modernização industrial, e US\$ 4,3 bilhões (63,2%) para a infra-estrutura.

Ademais, a curva de inflação vem sendo influenciada por fatores circunstanciais, como mensalidades escolares, material didático e clima, e por alguns episódios de rearranjo da estrutura de preços relativos, decorrentes da conjugação de três componentes:

- a) elevação das cotações das *commodities* no mercado internacional, impactando nas cadeias papelera, metalúrgica e plástica;
- b) pressões de reajuste em segmentos industriais operantes no limite técnico de plena capacidade, caso da metalurgia e papel e celulose;
- c) aumento da alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) de 3,0% para 7,6%, que passa a incidir sobre o valor adicionado em vez do faturamento.

Cumpra realçar que, afóra a Cofins, que deve interferir na matriz de preços do setor de serviços, com impactos negativos no emprego e na renda, os demais focos inflacionários estão restritos ao atacado. Em ambas as situações, a conjuntura depressiva da renda, do emprego e da utilização da capacidade produtiva industrial em um mercado aberto pode impedir o eficiente funcionamento da correia de transmissão de reajustes da base para a ponta (varejo/consumidor final), implicando, depois de criteriosas negociações entre varejistas, atacadistas e fornecedores industriais, a redução de margens de lucro ou a queima de gorduras nas atividades dos elos intermediários das transações econômicas.

Aliás, foi exatamente isso que ocorreu depois dos choques cambiais de 1999 e 2002, tendo como anteparo a brutal subida dos juros para evitar que a disparada da inflação destruísse o suposto impacto corretivo da depreciação da taxa de câmbio. Mesmo admitindo que essa situação pudesse apresentar alguma aderência ao cenário de 1999, seria impossível aplicá-la ao ambiente especulativo de 2002, ligado às incertezas eleitorais. Mas, nos dois momentos, o panorama recessivo não logrou êxito em bloquear a linha de indexação constituída a partir dos reajustes dos preços administrados e das tarifas públicas.

Os saltos verificados no Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), de 0,8% e 1,08% nos meses de janeiro e fevereiro de 2004, respectivamente, ilustram esse tipo de anomalia. Adicionalmente, por registrar primordialmente as variações dos preços internacionais incorporados nas tabelas de preços do atacado e não captar os valores de transação, determinados pelos acertos via mercado, o IGP-DI pode estar superestimando a aceleração inflacionária.

Disso tudo, o que se pôde constatar foi a perda, por parte do BC, de oportunidades de promover não só um aprofundamento da flexibilização monetária, notadamente desde o final do primeiro semestre de 2003, tempo marcado por reduzida turbulência macroeconômica, mas também a revisão do sistema de metas de inflação na direção de expressiva diminuição dos custos fiscais e sociais do manejo da política monetária.

À primeira vista, a postura do BC sugere uma curiosa combinação entre tolerância para com os efeitos inflacionários de primeira camada e intransigência quanto à sua capacidade de repasse ao longo das diferentes cadeias produtivas. Daí sua obsessão no cumprimento do centro da meta de inflação e seu reduzido interesse na criação de formas adequadas de convivência do sistema com os fatores de perturbação exógenos.

Falta ao BC a ousadia para discutir tecnicamente, com os agentes econômicos, saídas para neutralizar o componente recessivo e anti-exportador de uma política econômica ancorada em metas de inflação ambiciosas (central e margem de 2,5%), que busca, de forma precipitada, a convergência com os patamares inflacionários exibidos pelos países desenvolvidos.

O Banco Central precisaria compreender que as metas de inflação constituem componentes acessórios da política monetária

O BC precisaria compreender que as metas de inflação constituem componentes acessórios da política monetária, com o objetivo de, na melhor das hipóteses, assegurar maior previsibilidade dos mercados quanto à gestão de liquidez promovida pela autoridade monetária. Com isso, o BC perceberia a inexistência, no Brasil, dos elementos necessários ao êxito perene desse esquema, tais como:

- a) desindexação ampla do sistema econômico;
- b) noção precisa de núcleo da inflação – preços livres, exceto acidentalidades e choques –, contemplando as vantagens da troca do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) por medidas do núcleo (com a exclusão de itens demasiadamente voláteis e/ou circunstanciais) ou mesmo a adoção de sistema semelhante ao da Inglaterra, no qual a política monetária reflete e sinaliza a trajetória futura da inflação com horizonte temporal de doze meses desvinculado do ano calendário;

- c) fragilidade e reduzido grau de democratização do Conselho Monetário Nacional (CMN), marcados por uma diminuta base de atores sociais envolvidos na fixação das principais diretrizes econômicas do País, e o excessivo peso exercido pelo BC (não-independente) na designação de metas conservadoras de inflação, incompatíveis com o imperativo de recuperação da produção e do emprego.

Em não fazendo isso e demonstrando exagerado apego à tendência presente e relativo desprezo pelas projeções da inflação, o governo e o BC contribuem para o enfraquecimento das defesas do País ante a constituição de expectativas negativas, ou mesmo o aparecimento de cenários de deterioração dos fundamentos de algumas variáveis de ajuste.

É o caso da chance de retorno da evasão de capitais especulativos, hospedados nas Bolsas e nos mercados financeiros brasileiros, em condições de elevação dos juros nos Estados Unidos, atualmente em 1,0% a.a., e da cobrança de razoável preço político, com as denúncias contra Waldomiro Diniz, ex-subchefe de assuntos parlamentares da Casa Civil. A propósito, há quem assegure que as incertezas quanto aos desdobramentos do cenário político e ao comportamento dos juros internacionais no segundo semestre explicariam as atitudes passivas do BC.

Nas circunstâncias atuais, mantidas as estreitas metas de inflação para 2004 (5,5%, sem levar em conta as margens de 2,5%), não restaria alternativa à autoridade monetária a não ser compensar a propensão inflacionária originada pelos choques exógenos das *commodities* e, em menor grau, pelos preços administrados, por meio da inibição do apetite altista dos segmentos concorrenciais (bens-salário) via juros reais elevados.

A propósito da fixação dos juros básicos, a discutível busca do equilíbrio em mercados abertos carrega a argumentação de que o preço básico do dinheiro em um país deve ser formado pelos juros internacionais, acrescidos do risco cambial (expectativa de desvalorização da moeda nacional) e do risco-país (chances de moratória, controle de capitais, entre outros).

Tal avaliação ignora dois aspectos. O primeiro deles corresponde ao fato de que alguns Bancos Centrais praticam juros bastante reduzidos, sem a inclusão do risco-país, e ainda registram comportamento normal de entradas de capitais externos. O segundo ponto equivale à ocorrência de persistente continuidade da valorização cambial no Brasil, por conta da reversão do *overshooting* ocorrido em 2002, na forma de não-verificação de desalinhamentos relevantes na estrutura de preços relativos, via indexação e inflação, e dos ganhos de produtividade auferidos pelo setor industrial durante os anos de 1990.

Nessa linha, as colocações elogiosas do FMI ao programa econômico brasileiro devem ser encaradas com redobrada cautela pelo governo, principalmente por derivarem de conclusões extraídas de diagnósticos semelhantes àqueles que antecederam as crises da Ásia, Rússia e Argentina em 1997, 1998 e 1999, respectivamente. Ressalte-se ainda que a Ásia (excluído o Japão) foi o continente que apresentou maior expansão econômica entre 1999 e 2003 (6,3% ao ano contra média mundial de 3,4% ao ano) e que mais vem resistindo em aplicar o receituário do FMI.

Por tudo isso, a economia brasileira exhibe a terceira maior taxa de juros nominal no *ranking* mundial (16,0% ao ano), atrás apenas da Turquia (24,0% a.a.) e da Venezuela (20,2% a.a.), e ocupa a liderança na taxa real (10,32% a.a.), depois de suprimida a inflação projetada para doze meses (tabela 1).

Nessa ordem de idéias, as apostas de que os juros não podem desabar porque provocariam a elevação do risco-país são enganosas, na medida em que a redução da dívida pública associada à queda dos juros cumpriria o papel de desativar qualquer fator de impulso do risco. Porém, sem dúvida, a maior velocidade de declínio dos juros poderia contribuir para a recomposição da taxa nominal de câmbio, atualmente valorizada pelo medíocre crescimento econômico e pelo reduzido custo do crédito externo, principalmente nos EUA.

TABELA 1 - TAXA DE JURO BÁSICA (NOMINAL E REAL) - RANKING DOS PAÍSES

JUROS NOMINAIS			JUROS REAIS		
País	% ao ano	Posição no Ranking	País	% ao ano	Posição no Ranking
Turquia	24,0	1º	Brasil	10,3	1º
Venezuela	20,2	2º	Turquia	8,5	2º
Brasil	16,0	3º	África do Sul	7,7	3º
Rússia	14,0	4º	Israel	7,0	4º
Hungria	12,8	5º	Filipinas	5,1	5º
Filipinas	8,7	6º	Hungria	5,0	6º
Indonésia	8,1	7º	Austrália	4,3	7º
África do Sul	8,0	8º	Indonésia	4,0	8º
Colômbia	7,9	9º	Polônia	3,7	9º
México	5,7	10º	Rússia	3,2	10º

FONTE: GLOBALINVEST, citado por CARVALHO, Denise. Brasil lidera *ranking* dos juros reais. **Folha de S.Paulo**, 18 mar. 2004. Caderno Dinheiro, p. B4

Parece razoável admitir a exaustão do *timing* político e técnico para a modificação das linhas mestras da política econômica

De um ângulo mais estrutural, parece razoável admitir a exaustão do *timing* político e técnico para a modificação das linhas mestras da política econômica e a montagem dos requisitos ao deslanche dos investimentos capazes de remover os obstáculos ao crescimento de longo prazo do País, particularmente nas áreas de energia, transportes e comércio externo.

Em outros termos, somente com a construção de expectativas positivas quanto aos rumos da economia será possível a otimização dos avanços registrados na área externa, explicados pela elevação dos preços dos produtos primários, pela conquista de novos mercados (China, Oriente Médio e Ásia) e pelo câmbio favorável frente ao euro e o iene, e a perseguição da reversão das restrições à demanda interna. Por isso, o governo precisaria investir em 2004 o crédito conquistado junto aos agentes econômicos em 2003.

Para tanto, é crucial buscar ainda a montagem de uma reforma simplificadora do sistema de tributos, a adequação dos dispêndios correntes do setor público, a minimização dos riscos regulatórios e de mercado, por meio da fixação de regras estáveis, a explicitação de um padrão de financiamento, sobretudo para as inversões em infra-estrutura, a indução à desvalorização gradual do câmbio, a acumulação de reservas em moeda forte e a regulação dos movimentos de capitais.

A respeito da questão regulatória, ou das regras de prestação de serviços infra-estruturais pela iniciativa privada, é necessária a aceleração das definições-chave. Por exemplo, mais de trinta itens do modelo elétrico, aprovado em março, carecem de regulamentação, e as Parcerias Público-Privadas (PPPs) permanecem no Senado.

O governo também precisa detalhar instrumentos destinados aos eixos da política industrial (bens de capital, *softwares*, fármacos e semicondutores), como o Programa de Modernização Industrial (Modermaq) e a redução de 30,0% das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidentes sobre mais de 600 tipos de máquinas e equipamentos.

O Modermaq disponibilizará à iniciativa privada cerca de R\$ 2,5 bilhões do BNDES para o financiamento de 90,0% do valor de aquisição de máquinas e equipamentos para a modernização dos estabelecimentos industriais, em um prazo de cinco anos, com três anos de carência e teto de juros de 14,95% ao ano.

A propósito dos juros, a fixação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), utilizada nos financiamentos do BNDES, em 9,75% ao ano pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) provocou críticas do FMI e de componentes do atual governo, por estar embutindo subsídios em razão do diferencial para menos em relação

à taxa Selic. Não bastasse carregar o poder de atrapalhar o País no comércio internacional, abrindo flancos para a Organização Mundial do Comércio (OMC) avaliar as exportações viabilizadas com aportes do BNDES como subsidiada, essa tese é completamente equivocada.

Frise-se que a TJLP é fixada a partir da combinação entre projeções de inflação e prêmio de risco dos papéis da dívida externa soberana do País. De um lado, os recursos repassados originam-se do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), particularmente dos recolhimentos do PIS/Pasep, remunerados a 6,0% ao ano. De outro, como o próprio nome indica, a TJLP financia o longo prazo e a Selic constitui a referência para a rolagem da dívida pública interna de curto prazo. Não obstante, a incorporação dos encargos envolvidos nas operações do BNDES resulta em custo total de 18,0% ao ano da TJLP.

Igualmente importante seria a ampliação da abrangência dos segmentos prioritários levando em conta a geração de interdependências dinâmicas em diferentes cadeias produtivas, cujo funcionamento competitivo pode contribuir para a diminuição da vulnerabilidade externa do País, produzindo ganhos na impulsão das exportações e em substituição de importações.

Decerto, tais iniciativas devem estar fundamentadas mais em instrumentos de mercado e menos na utilização de mecanismos protecionistas semelhantes aos empregados no passado, como as barreiras comerciais (tarifárias e não-tarifárias) às importações e a concessão de incentivos fiscais e subsídios às exportações.

Nunca é demais recordar que a produtividade industrial brasileira vem denotando sintomas de estagnação nos últimos três anos, em razão da diminuição dos investimentos, depois de experimentar incremento de 65,5% entre 1992 e 2000, segundo cálculos do IBGE e da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Naquele período, mesmo perdendo em ganhos de eficiência para a Coreia do Sul (119,0%), o parque manufatureiro brasileiro teria superado países como Taiwan (49,0%), Estados Unidos (45,0%) e Reino Unido (23,0%), na esteira da abertura comercial e da estabilização monetária.

Por fim, é imperioso considerar a necessidade de incorporação, no leque de prioridades industriais, dos segmentos com maior capacidade de absorção de mão-de-obra, particularmente madeira, construção civil e agroindústria (alimentos, têxtil e calçados).

É prudente advertir que a formulação e a discussão da agenda de longo prazo contribuiriam também para retirar os holofotes das divergências contidas no interior do governo, evidenciadas pelas freqüentes fugidas às diretrizes econômicas feitas pelo enfraquecido ministro José Dirceu e pelo folclórico vice-presidente da República José Alencar. Recentemente, Dirceu declarou que sem a busca da diminuição das desigualdades a política econômica não possuirá qualquer fim ético, e Alencar conclamou os líderes da Força Sindical e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) para uma cruzada nacional por alterações radicais na política econômica.

Economia brasileira: dimensão e potencial¹

Gilmar Mendes Lourenço*

Não bastasse a enorme discussão envolvendo a predominância da vertente de curto prazo na condução da política econômica e a ausência de um plano articulado para a construção de um novo ciclo de crescimento, o debate econômico brasileiro ganhou um novo componente no final do mês de março de 2004: a efetiva dimensão absoluta da economia do País e sua posição no âmbito mundial.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou que a base produtiva do País, a despeito de ter encolhido 0,2% em 2003, gerou R\$ 1,514 trilhão em Produto Interno Bruto (PIB), valor que, se convertido pela taxa de câmbio média, aproximar-se-ia de US\$ 500,0 bilhões, o que lhe garantiria o 11º lugar no *ranking* mundial.

De um ponto de observação mais desfavorável, especialistas dos meios econômicos vinham formulando, há algum tempo, a hipótese de que o Brasil seria a 12ª economia da era da globalização. Mas, tão logo o IBGE lançou os resultados preliminares para 2003, passou a ser plantada pelos principais formadores de opinião do País uma espécie de verdade nacional de ocorrência de um movimento ladeira abaixo da economia brasileira no cenário internacional, a ponto de esta estar figurando na 15ª posição.

Essa constatação decorreu da manifestação de impressões ou, na melhor das hipóteses, da preparação de algumas “contas de chegada” bastante primitivas, feitas por algumas empresas de consultoria, que viraram praticamente consenso entre os membros dos mercados. Se para Nelson Rodrigues toda a unanimidade era burra, para a ciência econômica o pensamento único, a despeito de representar o mais simples, conduz, na maioria das vezes, ao diagnóstico enganoso.

Tanto é assim que visões bastante ortodoxas chegaram a confrontar o ambiente presente com o “cenário encantado” prevalente nos decênios de 1960 e 1970, para arrematar que “a cada ano, um ou dois países vão passar o tamanho da economia brasileira até que nos acomodemos lá pela 30ª posição” (CASTRO, 2004, p.B2).

Ressalte-se que aquele “Brasil Potência” ou “ame-o ou deixe-o” dos conservadores foi edificado, de um lado, pela estabilização inflacionária, por mudanças institucionais contidas no Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg) do Governo Castelo Branco (1964-1967), pelo milagre econômico das administrações de Costa e Silva, da Junta Militar e do ex-presidente Médici e pela multiplicação de oportunidades e, de outro, pelos elevados

níveis de concentração de renda requeridos pelo modelo econômico subjacente ao autoritarismo político.

De pronto, é interessante assinalar que a determinação do PIB de um país em moeda nacional é uma tarefa bastante complexa, exigindo arregimentação, sistematização, tratamento e adequação metodológica de um enorme fluxo de informações das mais variadas origens estatísticas. Na mesma linha, sua conversão em dólares e, por extensão, seu cotejo com grandezas internacionais requer a inevitável perseguição do rigor técnico-científico. Nunca é demais lembrar que esse aparentemente simples jogo de montagens ou pressuposições numéricas pode influenciar a realização de contratos, a rolagem de dívidas, a atração de investimentos, dentre outros pontos de negociação em uma economia globalizada.

A taxa de variação do PIB resume os indicadores do nível de atividade de um sistema econômico, funcionando como uma espécie de termômetro das condições gerais dos elementos mais sensíveis às flutuações cíclicas do lado real da economia. Do ponto de vista contábil, corresponde ao valor de mercado do fluxo de bens e serviços finais disponibilizados por uma economia em um determinado período de tempo (normalmente um ano), propiciando o acompanhamento de suas modificações estruturais e de seu curso conjuntural.

No Brasil, o cálculo do PIB em moeda nacional é realizado pelo IBGE, com base em metodologia recomendada pela Organização das Nações Unidas (ONU), a partir de minucioso levantamento e sistematização de informações primárias e secundárias apuradas ou apropriadas por aquela instituição. Ressalte-se que, desde 1986, quando recebeu da Fundação Getúlio Vargas (FGV) a devolução de delegação de construção das contas nacionais do País, o IBGE tem aprimorado permanentemente o exercício de medição dos agregados econômicos, o que vem contribuindo, ao mesmo tempo, para os avanços da pesquisa científica na área, para a compreensão mais adequada das tendências de curto prazo dos níveis de atividade e para o processo de tomada de decisão pública e privada.

*Economista, coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, professor da FAE Business School, mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina.

O PIB pode ser aferido a preços correntes (nominais) e constantes (reais). Ambos representam importantes medidas de desempenho. Os valores nominais servem para dar uma idéia da dimensão do sistema, resultando da agregação da produção física de todos os bens e serviços pelos respectivos preços, descontadas as transações intermediárias.

Mas, como a moeda pode sofrer corrosão de seu poder aquisitivo ao longo de um ciclo econômico, nos valores reais vem descontada a taxa de inflação média, retratando a variação efetiva, ou mais precisamente a taxa de crescimento, da economia em um intervalo de tempo. O IBGE estima a variação do PIB trimestral, enquanto o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) procede à projeção anual da variação trimestral.

Já a estimativa do PIB em dólares é feita (ou deveria ser) pelo Banco Central, por meio da conversão dos valores nominais pela paridade do poder de compra (PPC) da moeda nacional ante uma cesta de moedas dos países que mantêm maior intercâmbio comercial com o Brasil, procedimento empregado pelo Banco Mundial para todas as nações.

A obtenção da PPC da moeda assume o pressuposto de que a taxa de câmbio reproduz a relação entre o nível geral de preços dos diferentes países, de forma que, no longo prazo, o câmbio nominal resulte do hiato entre a inflação doméstica e a internacional. De acordo com os princípios da PPC, a taxa de troca (preço) das moedas correntes de dois (ou de um conjunto de) países traduz a estreita sintonia entre os níveis de preços construídos a partir dos itens (bens e serviços) de utilização comum.

Para tanto, os valores relativos das moedas dos países devem sofrer um tratamento de adequação, para que possam exprimir a quantidade de padrão monetário local, necessária para a aquisição, no mercado doméstico, de bens e serviços comparáveis internacionalmente, de forma semelhante à capacidade de compra do dólar norte-americano em um país de dimensão média.

A confirmação desse preceito, de maneira específica, foi realizada pela revista *The Economist*, criando o Índice Big Mac, capaz de comparar os valores internacionais de troca de um produto homogêneo e consumido em um grande número de países.

A adoção do método PPC no cálculo do PIB propicia a feita de comparações entre os efetivos tamanhos das economias dos países

Assim, a adoção do método PPC permite eliminar a restrição de as taxas de câmbio nominais dos países não reproduzirem as diferenças internacionais dos preços relativos e propicia a feita de comparações entre os efetivos tamanhos das economias. Os conversores empregados (taxas de troca ou equivalentes em PPP) são obtidos de pesquisas realizadas em conjunto pelo Programa de Cooperação

Internacional (PCI) do Banco Mundial e pelas Comissões Econômicas Regionais das Organizações das Nações Unidas (ONU). As investigações são feitas diretamente em mais de 110 países e, para os demais, os fatores de conversão são obtidos pela aplicação de modelos econométricos sobre as bases de dados disponíveis.

Nos anos recentes, o BC deixou de fazer (ou ao menos de divulgar) esse trabalho, dada a priorização da execução da política monetária e da intransigente mira no “centro da meta” de inflação, traduzindo a postura defensiva da gestão macroeconômica.

Voltando à dimensão da economia brasileira, as mensurações e avaliações do Banco Mundial, levando em conta o método PPC, colocariam o País na 9ª posição, à frente de Rússia, Canadá, México, Espanha, Coréia, entre outros (tabela 1). É evidente que tais esforços de quantificação não incorporam o maior grau de informalidade do sistema de produção e de negócios do País, em relação à média internacional, derivado da permanente tentativa dos agentes privados em escapar das garras da terceira maior carga tributária do mundo, sem a contrapartida adequada na provisão de serviços sociais e de economias externas às empresas.

TABELA 1 - PRODUTO INTERNO BRUTO - PAÍSES SELECIONADOS - 2002

PAÍS	PIB (US\$ bilhões) ⁽¹⁾	POSIÇÃO NO RANKING
Estados Unidos	10 138,41	1º
China	5 732,00	2º
Japão	3 261,19	3º
Índia	2 695,00	4º
Alemanha	2 171,62	5º
França	1 554,48	6º
Reino Unido	1 511,00	7º
Itália	1 481,02	8º
Brasil	1 311,50	9º
Rússia	1 141,86	10º
Canadá	901,52	11º
México	878,71	12º
Espanha	852,32	13º
Coréia	784,41	14º
Indonésia	664,41	15º

FONTE: BANCO MUNDIAL

(1) Paridade de poder de compra

Recorde-se que, no final dos anos de 1970, o Brasil chegou a ocupar o 8º posto no mundo em geração PIB, depois de registrar expansão superior a 7,0% ao ano entre os anos de 1930 e os de 1980. O esgotamento do modelo de substituição de importações e de seu padrão de financiamento (poupança pública e externa) e o cenário de estagnação (recessão com hiperinflação), predominantes no transcorrer dos anos de 1980, somados à inserção passiva na globalização e ao gerenciamento excessivamente monetarista do Plano Real, na década de 1990 e começo da atual, explicam a falta de crescimento e o retrocesso econômico e social experimentado pelo País desde o começo do decênio dos 1980.

Nessas circunstâncias, sem maiores elucubrações, os *experts* das organizações prestadoras de serviços de

consultoria aos mercados deveriam abandonar temporariamente a extrema fidelidade às estatísticas derivadas, e examinar mais acuradamente a aderência de seus números e profecias à realidade. Ao fazer isso, comprovariam que a rápida e profunda deterioração da posição brasileira no certame planetário de geração de riquezas só seria compatível com uma economia em flagrante processo de desindustrialização e de caos social, trilhando o caminho de retorno ao Terceiro Mundo ou ao subdesenvolvimento, do qual, por sinal, foi desviada no final dos anos de 1970, depois da complementação do ciclo de industrialização por substituição de importações, contemplada no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) do Governo Geisel.

Na visão de Castro e Souza (1985, p.32), a resposta brasileira ao desequilíbrio externo, contida no II PND, buscava “assegurar a transição ao estágio superior do desenvolvimento”. Na esteira da argumentação de Castro, Rego e Marques (2000, p.125) reiteraram que “após o II PND, o parque industrial brasileiro não caberia mais, sequer como caso-limite, dentro do perímetro do subdesenvolvimento”.

Logo, além de tecnicamente incorreta, a afirmação de que o Brasil é a 15ª economia do mundo é uma atitude desprovida de um mínimo de bom senso. Mais precisamente, essa suposta constatação representa uma ofensa às empresas e aos consumidores do País, que, nos anos de 1990, respectivamente, realizaram enormes sacrifícios para a concretização da revolução tecnológica e gerencial e perseguiram a absorção plena e a consolidação do resgate da noção de valor conferido pela estabilidade monetária.

Nessa ordem de raciocínio, avaliar que o Brasil está condenado ao subdesenvolvimento é ignorar a fabricação dos carros internacionais, a capacidade competitiva das indústrias de calçados, aço, papel, madeira e móveis, e o casamento perfeito entre agronegócio e exportação, caracterizado pela invasão mundial das carnes tupiniquins, pela modernização do agronegócio rumo ao Centro-Oeste, Norte e Nordeste, e por outros exemplos de êxito.

Tais trunfos explicam o fato de que, mesmo tendo uma economia estreitamente ligada ao mercado interno – com grau de abertura (exportações + importações/ PIB) de 24,0% – e em indiscutível estagnação, o Brasil figurou como 24º maior exportador mundial em 2003, segundo a Organização Mundial do Comércio (OMC), a mesma posição de 1980, representando 1,03% dos US\$ 7,3 trilhões movimentados pelo comércio internacional no ano passado, contra 0,9% em 2002, quando o País ostentava o 25º posto.

Por certo, o País se ressentido do uso prolongado de sucessivas orientações dirigidas à estabilização macroeconômica como um fim e não como um meio para aproveitar o potencial de expansão e diversificação impregnado em sua base produtiva. Paradoxalmente,

tal situação assumiu contornos mais dramáticos depois da vitória política de uma corrente de centro-esquerda nas eleições de 2002, que negociou a obtenção da credibilidade externa em troca do prosseguimento do conservadorismo monetário e fiscal, expresso nos resultados do PIB de 2003.

Há um autêntico colapso do desenvolvimento e de seu estilo de financiamento que precisa ser enfrentado e superado, por meio da recuperação associada do planejamento, e do papel indutor do Estado e do desbloqueio da capacidade de investimento e de poupança pública, dirigidos à atualização da infraestrutura econômica e seu poder de arraste sobre os segmentos de insumos básicos e de bens de capital, elementos destroçados desde a invasão neoliberal promovida ou facilitada pelos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso.

A reversão desse quadro negativo depende de ousadia na condução da política econômica. O Governo ainda dispõe de capital político para esta empreitada. Para tanto, necessita de estatísticas, diagnósticos e pressões que o levem a montar uma “engenharia da expansão” destinada a recolocar o País no rumo da modernidade com inclusão social.

Nesse caso, só atrapalham as iniciativas de produção de informações “em gabinetes” e de formulação de pressuposições de que a economia e a sociedade brasileira estão fadadas ao atraso e à não descoberta e utilização de fatores de mudança e de oportunidades. Nem por isso deixam de ser preocupantes os reflexos da perpetuação de uma curva de crescimento brasileira inferior à média mundial e às demais economias emergentes nos últimos dez anos. Por exemplo, as economias mundial, brasileira e asiática vêm evoluindo a taxas de 3,0% a.a., 2,0% a.a. e 7,0% a.a., respectivamente.

À gestão Lula caberia engendrar uma negociação política com a sociedade para a viabilização de um projeto de crescimento econômico capaz de definir mais que apenas os segmentos prioritários para o atendimento dos requisitos implícitos no novo paradigma ou na necessidade de integração competitiva da economia brasileira no cenário globalizado, tal como explicitado na Nova Política Industrial, recentemente anunciada.

É preciso exibir propostas econômicas direcionadas ao fortalecimento do mercado interno e com conteúdo e/ou desdobramentos sociais, especialmente aquelas dirigidas à diminuição da fome e da miséria no País e ao estímulo a atividades altamente absorvedoras de mão-de-obra, inclusive não-qualificada, como a construção civil e a agricultura familiar. Só assim os agentes econômicos poderão ser convencidos da existência de objetivos de pavimentação de um caminho de expansão transparente, que dá primazia à tarefa de resgatar segmentos secularmente excluídos dos ganhos proporcionados pelas diferentes fases de industrialização registradas no Brasil.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Antonio Barros de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p.32.

CASTRO, Paulo Rabello de. Surpresa! Agora somos o 15º. **Folha de S. Paulo**, 14 abr. 2004. Caderno Dinheiro. p.B2.

GREMAUD, Amaury P. et al. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2002. 626p.

REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (Org.). **Economia brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2000. p.125.

SCHREYER, Paul; KOEHLIN, Koechlin. Purchasing power parities: measurement and uses. **Statistics Brief**, Paris: OCDE, n. 3, Mar. 2002. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/32/34/2078177.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2004.

NOTA

¹O autor agradece as observações e críticas feitas por Ricardo Kureski, economista, técnico do Projeto de Contas Regionais do IPARDES.

Novo indicador da produção industrial

*Gilmar Mendes Lourenço**

Em meados de abril de 2004, os agentes econômicos do País foram contemplados com a divulgação, por parte do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da série revista e atualizada dos dados mensais de produção industrial do País e de seus principais estados. De fato, o IBGE apresentou os resultados e os principais aspectos metodológicos da Nova Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) – Brasil e Regional.

A reformulação buscou, essencialmente, atender a três objetivos articulados: a atualização do painel de atividades, produtos e informantes investigados; a montagem de uma nova base de ponderação dos índices, ancorada em estatísticas estruturais mais recentes da instituição; e a incorporação da descrição das informações conforme as novas classificações de atividades empregadas nas pesquisas industriais anuais (PIAs) do IBGE, particularmente a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) e a de Produtos Industriais (Prodlis).

Tanto a amostra (intencional) quanto a estrutura de ponderação, antes baseadas no censo industrial de 1985, foram construídas a partir da estrutura industrial fornecida pelas PIAs de Empresa e de Produto, refletindo a média do intervalo compreendido entre 1998 e 2000. A seleção das unidades de federação a serem inseridas na pesquisa levou em conta a verificação de participação de no mínimo 1,0% do Valor da Transformação Industrial (VTI) nacional nas PIAs de 1998-2000, o que permitiu a inclusão dos Estados de Amazonas, Pará e Goiás.

As séries históricas foram preservadas em razão da realização de levantamentos simultâneos para atendimento das duas pesquisas (nova e antiga) durante os anos de 2002 e 2003, propiciando a elaboração de encadeamentos para a maior parte dos ramos industriais investigados.

Do ponto de vista técnico, a ligação entre os resultados das pesquisas foi estabelecida a partir da consecução dos seguintes passos, por atividade industrial: alocação dos índices da série antiga ao padrão CNAE; compatibilização das duas séries em uma base análoga de comparação (média do ano de 2002); verificação da aderência entre as séries, por meio da confrontação gráfica para o período de 24 meses (janeiro de 2002 a dezembro de 2003); e estabelecimento do mês de janeiro de 2002 como vínculo entre as séries.

A utilização desses critérios propiciou o aproveitamento da série 1991-2001 para a maioria das divisões de indústria contidas no novo painel, exceto para aquelas não integrantes da pesquisa antiga e/ou cuja adequação à nova classificação impediu o encadeamento.

Manteve-se a fórmula de cálculo dos índices utilizada na pesquisa anterior, especificamente uma adaptação do índice Laspeyres-Base Fixa em cadeia, com atualização de pesos.

Seria prematuro fazer qualquer avaliação mais definitiva acerca dos números e das normas metodológicas da PIM-PF, particularmente no âmbito regional, sobretudo porque o IBGE deve disponibilizar um relatório explicativo completo até o final do primeiro semestre de 2004. De pronto, surgem dúvidas e/ou lacunas nos campos de representatividade amostral (concatenação entre produtos e estabelecimentos selecionados), de reconstrução das estruturas industriais via VTI apenas para as divisões/atividades industriais investigadas e, principalmente, de atualização permanente dos pesos com base nas variações da quantidades sem considerar as variações na estrutura de preços relativos do setor industrial.

Por exemplo, no caso do Paraná a nova pesquisa não acompanha a evolução da produção das indústrias têxteis e de vestuário, fato que poderia ser imputado à reduzida importância de tais atividades no contexto industrial global do Estado ou ao seu caráter pulverizado, o que dificultaria a permanente arregimentação de informações para a preparação de um indicador de periodicidade mensal.

No entanto, a despeito desses e de outros pontos ainda não esclarecidos pelo IBGE, parece certo que o conjunto de técnicas utilizado para a edificação e a geração dos resultados da nova PIM-PF amplia o ambiente setorial e regional de observação da dinâmica industrial brasileira.

Pode-se afirmar que a atualização e revisão do marco estrutural das pesquisas conjunturais da indústria, com a substituição do Censo pelas PIAs, abriu espaço para a captação das profundas mudanças estruturais ocorridas na economia brasileira nos últimos vinte anos,

**Economista, coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, professor da FAE Business School, mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).*

com ênfase para o fracasso das estratégias (ortodoxas, heterodoxas e híbridas) de combate à inflação do intervalo 1986-1991, a abertura comercial, o ajuste microeconômico proporcionado pela reestruturação industrial defensiva, as privatizações, a criação e consolidação do Mercosul e a estabilização monetária.

Com a nova PIM-PF, o IBGE adiciona pontos à credibilidade do principal indicador conjuntural da economia brasileira

Depois de resistir bravamente à operação desmanche promovida por Collor no começo dos anos de 1990, o IBGE consolidou o terreno de produção qualificada de informações socioeconômicas do País. Precisamente, com os aprimoramentos estatísticos e metodológicos introduzidos na PIM-PF, a instituição adiciona pontos à credibilidade do principal indicador conjuntural da economia brasileira, reduzindo o trabalho dos analistas na captura e interpretação de indicadores paralelos, em sua maioria produzidos por entidades de classe sem o compromisso com o rigor técnico e científico, à exceção do sistema Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Assim, a nova PIM-PF consolida o cumprimento de duas funções cruciais de uma informação conjuntural: facilitar a compreensão dos movimentos de curto prazo e a montagem de modelos de previsão da atividade industrial, e oferecer elementos relevantes ao processo de tomada de decisão pública e privada. Na prática, os novos resultados demonstram que o intervalo entre dezembro de 2003 e fevereiro de 2004 foi marcado pela interrupção do ciclo de recuperação industrial do País,

iniciado em julho de 2003, em função do encurtamento da massa de salários e do elevado preço do crédito.

Por um ângulo regional, a nova pesquisa supre grande parte das reivindicações feitas há quase duas décadas pelas principais unidades federativas brasileiras, no sentido da construção de amostras que reflitam adequadamente o curso conjuntural de parques industriais em permanente processo de modernização e diversificação. No tocante ao Paraná, e particularmente à Secretaria de Planejamento e ao IPARDES, os pleitos foram, quase sempre, acompanhados de análises e do fornecimento de subsídios e/ou sugestões à entidade nacional de estatística.

A série regional revisada coloca o desempenho industrial do Estado do Paraná como o quinto melhor do País no período 1991-2003, abaixo do Espírito Santo, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais. A liderança do Espírito Santo e do Rio de Janeiro deve ser atribuída à *performance* do segmento de extração e refino de petróleo; a evolução mineira, ao pólo metalúrgico-automobilístico; e o incremento gaúcho, ao pólo petroquímico e à indústria metalmeccânica vinculada à agricultura.

Já o comportamento industrial do Paraná foi determinado pelos avanços verificados nas indústrias de máquinas e equipamentos, veículos automotores, madeira, mobiliário, bebidas e alimentos, sendo este último a âncora do crescimento composta pelo agronegócio e pela demanda externa.

No exercício de 2003, o Paraná registrou a segunda maior expansão do País (5,7% contra -0,1% do Brasil), determinada pelos impactos do binômio agronegócio e exportações sobre as atividades de máquinas e equipamentos, veículos, madeira e produtos alimentares. A primeira posição no *ranking* nacional ficou com o Espírito Santo, por conta do incremento nas atividades de petróleo, siderurgia e papel.

TABELA 1 - BRASIL - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL - ESTADOS SELECIONADOS - 1991-2003

ESTADO	TAXA DE CRESCIMENTO (%)		COBERTURA DA AMOSTRA
	Acumulado 1991-2003	2003	Percentual do Valor da Transformação Industrial (VTI) dos Produtos
Amazonas	71,6
Pará	73,4
Goiás	46,4
Ceará	17,1	-1,5	60,9
Pernambuco	-18,2	2,6	49,8
Bahia	18,2	-0,7	66,1
Minas Gerais	33,6	0,9	64,4
Espírito Santo	64,8	6,5	70,6
Rio de Janeiro	49,7	-2,3	55,5
São Paulo	18,7	-0,9	54,5
Paraná	33,1	5,7	52,1
Santa Catarina	20,9	-5,0	50,0
Rio Grande do Sul	44,6	-1,0	55,1
BRASIL	29,6	-0,1	63,0

FONTE: IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não informado.

TABELA 2 - PARANÁ - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL - SEÇÕES E DIVISÕES - 1991-2003

SEÇÕES/DIVISÕES	TAXA DE CRESCIMENTO (%)		ESTRUTURA DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (%)
	ACUMULADO 1991-2003	2003	
Indústria de Transformação	33,1	5,7	100,0
Alimentos	33,3	4,7	24,2
Bebidas	47,4	-5,6	2,5
Madeira	87,8	13,1	6,1
Celulose, papel e produtos de papel	2,2	0,2	8,0
Edição, impressão e reprodução de gravações	-	33,5	4,5
Refino de petróleo e álcool	29,4	-0,4	12,8
Produtos químicos	70,4	5,4	6,9
Borracha e plástico	7,8	-5,0	3,5
Minerais não-metálicos	48,3	-2,8	5,0
Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	-34,9	-1,4	3,2
Máquinas e equipamentos	165,9	13,8	8,1
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-16,1	-2,7	2,1
Veículos automotores	88,4	17,3	9,6
Mobiliário	51,4	-9,3	3,5

FONTE: IBGE

REFERÊNCIAS

IBGE. **Pesquisa industrial mensal produção física – regional**: notas metodológicas. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimpfregional/notas>>. Acesso em: 20 abr. 2004.

IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. **Avaliação da amostra da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física no Paraná**. Curitiba, 1986. 90p.

LOURENÇO, Gilmar Mendes. Conjuntura industrial do Paraná: um cenário controverso. **Análise Conjuntural**, Curitiba: IPARDES, v.22, n.3/4, p.10-13, mar./abr. 2000.

NOTA

¹⁰ O autor agradece as críticas e comentários de Daniel Nojima, economista, coordenador do Núcleo de Estudos da Base Produtiva e do Desenvolvimento Regional do IPARDES.

Exportações paranaenses do complexo agroindustrial no primeiro trimestre

Bruno Reinoso Hybner e Shelbert Braz*

O presente texto tem o objetivo de descrever o comportamento das exportações dos principais produtos agropecuários paranaenses no primeiro trimestre de 2004, frente ao desempenho alcançado no mesmo período de 2003, bem como apresentar, de forma sucinta, alguns determinantes da dinâmica das vendas externas do referido segmento.

Inicialmente, as exportações totais do Paraná atingiram US\$ 1,83 bilhão nos três primeiros meses deste ano, o que representou crescimento de 35,14% em relação ao mesmo intervalo do ano anterior. Dentre os gêneros que integram o agronegócio paranaense, os mais representativos na pauta exportadora são os complexos soja, madeira, cereais e carnes, que juntos exportaram US\$ 1,05 bilhão no primeiro trimestre, correspondendo a 57,75% das vendas destinadas ao exterior pelo Paraná no período (tabela 1).

Em relação ao complexo soja, as exportações contabilizaram leve aumento de 0,79% no primeiro trimestre de 2004, em comparação ao mesmo período de 2003, evoluindo de US\$ 412,97 milhões para US\$ 416,22 milhões. O modesto crescimento registrado pode ser atribuído principalmente ao declínio das vendas da soja em grão (-22,44%), o que reflete, entre outros fatores, a queda da produção decorrente das condições climáticas desfavoráveis e um ritmo mais lento da comercialização da oleaginosa, comparativamente ao ano passado.

Ainda no que tange ao complexo soja, as exportações de óleo diminuíram 10,25%, reduzindo sua participação na pauta exportadora do Estado de 8,57% para 5,69%. Porém, contrapondo-se a esses resultados negativos, as exportações de farelo registraram expansão de 25,9%, com divisas da ordem de US\$ 213,04 milhões. Por isso, pode-se afirmar que as vendas de farelo impediram que as exportações do complexo soja atingissem uma variação percentual negativa. No total, as exportações de soja em grão atingiram US\$ 99,25 milhões no intervalo janeiro-março de 2004, ante os US\$ 127,97 milhões relativos ao primeiro trimestre de 2003.

No que diz respeito ao grupo madeira, deve-se ressaltar que as exportações registraram crescimento de 39,21% no período janeiro-março deste ano, alcançando o valor de US\$ 219,47 milhões. Esse crescimento foi puxado principalmente pelas vendas de compensados e obras de marcenaria/carpintaria.

Referindo-se às vendas de compensados, houve um acréscimo de 61,89% em 2004, auferindo valor de US\$ 106,52 milhões. Em paralelo, as exportações de obras de marcenaria/carpintaria fecharam o trimestre

com crescimento de 35,29%, saltando de US\$ 15,26 milhões para US\$ 20,64. Por outro lado, os embarques de madeiras serradas registraram queda de 0,09%, fechando em US\$ 43,21 milhões.

Já com relação às exportações de cereais, houve crescimento expressivo de 805,16% em 2004, resultando em uma maior participação no total exportado, de 1,79% no primeiro trimestre de 2003 para 11,99% no mesmo intervalo de 2004, percentual que correspondeu a um valor de US\$ 218,85 milhões. Cabe destacar que esse desempenho decorre do desempenho favorável do milho, que contabilizou variação positiva de 656,68%, registrando US\$ 182,70 milhões neste ano, o que garantiu participação de 10,01% no total exportado pelo Paraná. Embora não muito representativo, é interessante citar, também, a evolução dos embarques de trigo, que redundaram em vendas de 32,43 milhões, contrastando com o ano passado (sem registro de exportação do produto).

Analisando as exportações estaduais do complexo carnes, verificou-se acréscimo de 31,40% no primeiro trimestre deste ano, comparando-se com o mesmo período de 2003, quando as divisas geradas por esse segmento alcançaram o valor de US\$ 151,99 milhões. Relativamente à carne de aves, principal produto comercializado do segmento carnes, as exportações aumentaram 39,88 pontos percentuais nos primeiros três meses deste ano, crescendo de US\$ 112,08 milhões para US\$ 156,78 milhões. Como se sabe, tal incremento reflete principalmente o aproveitamento das oportunidades geradas pela ocorrência da gripe do frango no continente asiático, que levou a um aumento dos preços do produto no mercado internacional e a uma maior demanda pela carne brasileira.

Por fim, resta citar alguns produtos de menor peso na pauta exportadora do complexo agroindustrial, como café, açúcar e papel. As vendas externas de papel chegaram a US\$ 53,88 milhões nos três primeiros meses de 2004, com crescimento de 45,79% em relação ao mesmo período do ano passado, enquanto as exportações de café aumentaram 17,35%, chegando a US\$ 43,77 milhões no período em análise. Em contraposição, as exportações de açúcar atingiram um patamar inferior ao verificado no ano passado, declinando de 5,43% e auferindo valor de US\$ 22,87 milhões.

*Acadêmicos de Ciências Econômicas da UFPR, estagiários do IPARDES.

TABELA 1 - EXPORTAÇÕES AGROINDUSTRIAIS PARANAENSES, SEGUNDO PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS E RESPECTIVOS ITENS - JANEIRO-MARÇO 2003-2004

GRUPO/ITEM	2004		2003		VARIACÃO (%)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
Soja	416 219	22,80	412 973	30,57	0,79
Farelo	213 044	11,67	169 213	12,53	25,90
Óleo	103 926	5,69	115 790	8,57	- 10,25
Grão	99 249	5,44	127 970	9,47	- 22,44
Madeira	219 467	12,02	157 648	11,67	39,21
Compensados	106 522	5,83	65 800	4,87	61,89
Serradas	43 208	2,37	43 249	3,20	- 0,09
Obras de marcenaria/carpintaria	20 640	1,13	15 256	1,13	35,29
Molduras	17 979	0,98	16 378	1,21	9,77
Outros	31 118	1,70	16 964	1,26	83,43
Cereais	218 850	11,99	24 178	1,79	805,16
Milho	182 701	10,01	24 145	1,79	656,68
Trigo	32 425	1,78	-	-	-
Outros	3 724	0,20	33	0,00	-
Carnes	199 707	10,94	151 989	11,25	31,40
Aves	156 778	8,59	112 083	8,30	39,88
Bovinos	20 752	1,14	15 333	1,13	35,35
Suínos	17 329	0,95	21 240	1,57	- 18,41
Outros	4 849	0,27	3 333	0,25	45,47
Papel	53 880	2,95	36 958	2,74	45,79
<i>Kraftliner</i> para cobertura	16 369	0,90	8 062	0,60	103,04
<i>Kraft</i> p/escrita, impressão e gráfica	11 633	0,64	6 244	0,46	86,29
Cuchê	8 660	0,47	8 519	0,63	1,65
Outros	17 219	0,94	14 132	1,05	21,84
Café	43 770	2,40	37 301	2,76	17,35
Solúvel	27 047	1,48	23 814	1,76	13,57
Grãos	14 471	0,79	11 389	0,84	27,06
Extratos, essências e concentrados	2 253	0,12	2 098	0,16	7,39
Açúcar	22 873	1,25	24 186	1,79	- 5,43
Em bruto	18 047	0,99	24 012	1,78	- 24,84
Refinado	4 826	0,26	175	0,01	2 665,28
Outros	650 980	35,66	505 742	37,44	28,72
TOTAL GERAL	1 825 747	100,00	1 350 974	100,00	35,14

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

NOTA: Dados preliminares.

Paraná - Destaques Econômicos*

Julio Takeshi Suzuki Júnior · Bruno Reinoso Hybner, Cleber Parnoff, Shelbert Braz***

AGROPECUÁRIA

Estiagem compromete safra de grãos do Paraná

Segundo levantamento realizado pelo Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (Seab), a produção paranaense de grãos será 10,9% menor nesta safra, devendo ficar entre 26,18 milhões e 27,77 milhões de toneladas. A redução é explicada pela estiagem, que atingiu as principais regiões produtoras do Estado.

O levantamento indicou queda de 6,6% na safra de soja (10,2 milhões de toneladas), em comparação às 10,9 milhões de toneladas colhidas na temporada 2002/2003. Já a safrinha de milho deverá registrar queda de 28,4% na produção, atingindo 4,32 milhões de toneladas.

AVANSINI, Carolina. Safra de grãos será 10,9% menor no PR. **Folha de Londrina**, 25 mar. 2004. Caderno Economia, p.4.

ROCHA, Alda do Amaral. Seca faz safra de grãos diminuir 10,9% no PR. **Valor Econômico**, São Paulo, 25 mar. 2004. Caderno Indústria, p.88.

A Coamo registrou faturamento de R\$ 3,3 bilhões em 2003. Hoje, a cooperativa emprega 3.700 funcionários, dos quais 60% na sua sede, em Campo Mourão.

MASCHIO, José. Cooperativa distribui R\$ 73 mi de sobras. **Folha de S. Paulo**, 14 mar. 2004. Caderno Dinheiro, p.88.

MASCHIO, José. Associados da Coamo dividem R\$ 73 milhões. **Folha de Londrina**, 15 mar. 2004. p.5.

Cooperativa Lar pretende consolidar projetos de expansão industrial

A Cooperativa Lar contabilizou faturamento de R\$ 690 milhões em 2003, garantindo lucro de R\$ 35,6 milhões, o segundo maior entre as cooperativas do Paraná.

Para 2004, a Lar espera consolidar os seus projetos de expansão agroindustrial, o que viabilizará um aumento ainda maior do faturamento e das exportações da cooperativa.

Atualmente, a cooperativa é a maior geradora de empregos na microrregião de Medianeira, mantendo 2.955 empregos diretos e mais de sete mil associados.

LAR consolida avanços no 40º aniversário. **O Paraná**, Cascavel, 18 mar. 2004. Caderno Cidades, p.12.

AGROINDÚSTRIA

Coamo distribui R\$ 73 milhões aos associados

A Coamo Agroindustrial Cooperativa distribuiu, em fevereiro, R\$ 73 milhões a 18 mil associados, como sobra anual de recursos referentes a 2003. No total, a cooperativa teve sobra de R\$ 243 milhões, recursos que foram destinados em sua maior parte a programas de tecnologia, formação de fundos para comercialização e expansão de atividades.

O desempenho favorável do complexo soja foi o principal responsável pelo bom resultado financeiro da Coamo no exercício de 2003. A cooperativa responde atualmente por 4% da produção nacional de grãos e fibras e 16% da produção de grãos das cooperativas brasileiras.

Paraná registra queda de 16% no abate de suínos

No primeiro bimestre deste ano, o abate de suínos registrou queda de 16% no Paraná, em comparação ao mesmo período do ano passado, declinando de 651 mil cabeças abatidas em 2003 para 546 mil cabeças em 2004.

Segundo o Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados do Paraná (Sindicarnes), a retração se deve principalmente à redução das exportações para a Rússia, país que implantou um regime de cotas para suas aquisições de carne. Com isso, a Rússia diminuiu em cerca de dois terços a quantidade de carne comprada do Brasil.

Em 2003, o Brasil exportou 314 mil toneladas de carne suína e derivados para o mercado russo, quantidade que correspondeu a 64% do total comercializado pelo país.

AVANSINI, Carolina. Abate de suínos diminui 16% no Paraná. **Folha de Londrina**, 24 mar. 2004. Caderno Economia, p. 4.

*Elaborado com informações disponíveis no período de 28.2.2004 a 30.4.2004.

**Administrador de Empresas, técnico da equipe permanente desta publicação.

***Acadêmicos de Ciências Econômicas, estagiários do IPARDES.

Nortox está construindo unidade em Rondonópolis

A Nortox, empresa do segmento agroquímico situada em Arapongas, está construindo uma nova unidade em Rondonópolis (MT), denominada Nortox Centro-Oeste S/A.

A fábrica terá 22,5 mil m² de área construída, gerando 100 empregos diretos e 400 indiretos. Para a realização do projeto, estão sendo destinados investimentos de R\$ 10 milhões. Atualmente, a indústria paranaense oferece uma linha de 16 produtos, entre herbicidas, inseticidas, acaricidas e fungicidas.

BORGES, Maurício. Empresa do Paraná investe R\$ 10 mi em nova unidade. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 22 abr. 2004. p.19.

INDÚSTRIA

Produção das montadoras cresce 8,11%

A produção das montadoras instaladas no Paraná registrou crescimento de 8,11% no primeiro trimestre de 2004, se comparado com o mesmo período do ano passado. Ao todo, foram produzidas 49.212 unidades, somando-se veículos e máquinas agrícolas, 3.693 a mais que nos primeiros três meses de 2003.

O destaque ficou por conta da Renault, cuja produção cresceu 397,9%. Já a Volvo registrou alta de 53%. Esse resultado decorre principalmente do aumento nas exportações.

BORDINHÃO, Andréa. Montadoras aumentam produção em 8,11%. **Folha de Londrina**, 27 abr. 2004. Caderno Economia, p.2.

Gasparin, Mirian. Montadoras do Paraná aumentam produção em 20,7% para exportar. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 27 abr. 2004. p.19.

Repar interromperá atividades por mais de três meses

A Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), localizada em Araucária, suspenderá suas atividades durante os meses de maio, junho e julho. Isso se deve à necessidade de manutenção da refinaria, que exigirá recursos da ordem de R\$ 182 milhões.

Dentre as reformas programadas, está a retirada das torres da refinaria. Ao todo, foram contratadas 70 empresas, que empregarão um contingente de cerca de 4 mil pessoas. A Repar tem capacidade para processar 180 mil barris de petróleo por dia, participando com 12% da produção nacional.

CASADO, Vânia. Repar suspende atividades por 100 dias. **Folha de Londrina**, 29 abr. 2004. Caderno Economia. p.1.

COMÉRCIO

Investimentos das redes de hipermercados serão de quase R\$ 50 milhões

No primeiro quadrimestre deste ano, dois novos hipermercados serão inaugurados em Curitiba. No total, serão investidos cerca de R\$ 50 milhões, pelo grupo norte-americano

Wal-Mart, que está implantando sua terceira loja em Curitiba, e pela rede paranaense Condor.

Com os novos investimentos, deverão ser criados aproximadamente mil empregos, elevando o número de postos de trabalho gerados pelo segmento supermercadista, estimado em 11,5 mil somente em Curitiba.

GASPARIN, Mirian. Hipermercados investem R\$ 50 milhões. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 28 fev. 2004. p.14.

Emprego no comércio paranaense registrou crescimento de 7,46% em 2003

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (Dieese), o número de pessoas empregadas no comércio paranaense cresceu 7,46% em 2003, em comparação a 2002. O aumento registrado pelo Estado ficou abaixo apenas das taxas de crescimento do Amazonas (10,97%) e Mato Grosso (9,08%).

Ao todo, foram gerados 24.774 empregos no comércio em todo o Paraná, com o Interior do Estado respondendo por 71,22% dessas vagas.

SAIS, Rodrigo. Emprego no comércio do Paraná cresce 7,46%. **Folha de Londrina**, 2 mar. 2004. Caderno Economia, p.1.

Volume de vendas do comércio cresce no Paraná

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o volume de vendas do comércio varejista cresceu 7,72% no Paraná em janeiro, se comparado com o mesmo período do ano passado. Já em nível nacional, houve aumento de 6,09%, contrastando com a queda de 2,89% registrada nos últimos doze meses. No Paraná, de fevereiro de 2003 a janeiro de 2004 foi contabilizado aumento de 1,57%.

Dentre os 27 estados pesquisados pelo IBGE, 21 apresentaram expansão no volume de vendas em janeiro. Os aumentos mais significativos foram registrados em Roraima (33,17%), Mato Grosso (23,9%) e Tocantins (22,68%). As maiores quedas foram verificadas no Piauí (-14,39%), Acre (-12,85%) e Pernambuco (-10,45%).

POMBO, Luciana. Comércio cresce 7,72% no Paraná. **Folha de Londrina**, 19 mar. 2004. Caderno Economia, p.2.

COMÉRCIO EXTERIOR

Veículo Scénic será exportado para a Colômbia

A Renault do Brasil vai exportar o modelo Scénic para a Colômbia. A Sociedad de Fabricación de Automotores S.A (Sofasa), que monta o Clio e Mégane naquele país, será responsável pela distribuição das 450 unidades/ano do Scénic no mercado colombiano, conforme contrato com a Renault.

A unidade paranaense exporta os automóveis Clio, Clio Sedã, Scénic e o utilitário Master para os principais mercados da América do Sul, além de Cuba. Ademais, a multinacional produz motores no Paraná, que são exportados para Argentina, Colômbia, México, Eslovênia e França. No último ano, 55% da produção de motores foi destinada ao mercado externo, num total de 85,6 mil unidades.

RENAULT vai exportar Scénic para Colômbia. **Valor Econômico**, São Paulo, 13 abr. 2004. Caderno Empresas, p.B1.

INFRA-ESTRUTURA

Faturamento da All cresce em 2003

A América Latina Logística (ALL) registrou faturamento de R\$ 1,02 bilhão em 2003, resultado que corresponde a um incremento de 22% em relação ao ano anterior. Já o lucro da empresa atingiu R\$ 211 milhões, superando em 46% o valor referente a 2002.

No Brasil, as cargas transportadas pela ALL ainda se concentram em produtos de origem agrícola, a despeito da diversificação ocorrida nos últimos anos. No Estado do Paraná a empresa mantém uma fábrica de vagões, mais especificamente no município de Ponta Grossa.

POMBO, Luciana. ALL comemora faturamento de mais de R\$ 1 bi. **Folha de Londrina**, 31 mar. 2004. Caderno Economia, p.3.

Copel registra lucro de R\$ 171 milhões em 2003

A Companhia Paranaense de Energia (Copel) registrou lucro líquido de R\$ 171 milhões em 2003, resultado que se contrapõe ao prejuízo de R\$ 320 milhões contabilizado no ano anterior. A receita líquida da empresa também cresceu (+12,1%), atingindo R\$ 2,99 milhões no ano passado. Pode-se atribuir os expressivos resultados financeiros da estatal principalmente ao efeito da valorização do real em relação ao dólar em 2003, uma vez que os custos apresentam forte vínculo com a variação da moeda norte-americana.

Segundo a Copel, o provisionamento de recursos para a compra do gás que será utilizado pela termelétrica UEG Araucária e para o cumprimento do acordo assinado com a empresa argentina Cien impediu que o lucro atingisse um patamar ainda mais elevado.

CASADO, Vânia. Copel sai do prejuízo e registra lucro de R\$ 171 mi. **Folha de Londrina**, 31 mar. 2004. Caderno Economia, p.3.

Copel vai construir subestação de energia em Rolândia

A Copel pretende investir R\$ 17,5 milhões na construção de uma nova subestação de energia em Rolândia. O projeto visa aumentar a oferta de eletricidade no município e regiões próximas, além de ampliar as opções de manobras operacionais e reduzir as probabilidades de desligamentos na região.

SUBESTAÇÃO garantirá maior consumo de energia. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 14 abr. 2004. Caderno Finanças e Mercados, p.B14.

SERVIÇOS

Grupo K&G e Embratel inauguram Centro de Convenções

No final do mês de março foi inaugurado, em Curitiba, o Estação Embratel Convention Center, centro de eventos que exigiu investimentos de 80 milhões de reais.

O empreendimento, que possui área de 25 mil metros quadrados, é resultado de uma parceria entre o grupo K&G e a Embratel. Estima-se que o faturamento anual do Estação Convention Center atingirá um valor entre R\$ 15 milhões e R\$ 17 milhões a partir de 2006.

PESCH, Olavo. Estação Convention prevê faturar R\$ 17 milhões/ano. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 31 mar. 2004. p.22.

BORDINHÃO, Andréa. Curitiba ganha maior centro de convenções da AL. **Folha de Londrina**, 31 mar. 2004. Caderno Economia, p.2.

ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2004

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 029	71 680	2 387	70 694	193 416	2 736	30 509	608 731	19 953
2004 ⁽¹⁾	45 085	87 705	1 945	68 897	184 860	2 683	28 985	570 685	19 689

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 370	117 289	928	370 610	31 074 695	83 847	53 729	184 315	3 430
2004 ⁽¹⁾	117 770	144 691	1 229	380 204	31 458 957	82 742	58 500	173 615	2 968

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2004

conclusão

ANO	FEIJÃO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	44 640	887 810	19 888	2 156 508	5 466 967	2 535
1981	852 835	570 860	669	58 700	1 100 380	18 746	2 161 999	5 363 109	2 481
1982	879 990	666 800	758	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385
1983	699 685	347 035	496	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	741 001	479 108	647	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	723 764	499 617	690	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	627 604	215 701	344	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	754 210	391 355	519	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	741 920	457 692	617	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	528 741	223 031	422	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	550 591	279 028	507	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	624 036	348 332	558	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	595 894	461 162	774	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	545 800	444 000	813	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	589 479	526 209	893	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	487 309	422 451	867	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	596 125	490 854	823	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	557 123	475 458	853	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	564 537	494 556	876	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	680 317	570 097	838	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	541 082	500 948	926	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	428 343	470 214	1 098	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	526 457	629 059	1 195	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004
2003	539 372	707 300	1 311	110 672	2 315 854	20 925	2 846 054	14 390 104	5 056
2004 ⁽¹⁾	504 006	672 606	1 335	160 412	3 276 017	20 423	2 534 063	11 820 012	4 664

ANO	RAMI			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	6 780	17 000	2 507	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	7 160	10 164	1 420	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	5 818	9 477	1 629	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	4 670	9 583	2 052	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	4 495	9 625	2 141	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	4 887	10 004	2 047	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	5 530	7 000	1 266	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	7 100	15 500	2 183	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	8 162	19 060	2 335	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	8 030	9 193	1 145	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	7 139	10 183	1 426	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	5 595	7 999	1 430	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	5 300	6 500	1 226	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	5 650	7 200	1 548	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	3 482	3 992	1 146	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 913	2 922	1 003	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 550	4 970	1 940	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	1 816	3 616	1 991	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	818	1 615	1 974	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	465	992	2 133	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	465	1 006	2 163	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	387	865	2 235	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	470	1 357	2 887	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	539	1 361	2 525	3 649 119	11 009 945	3 017	1 192 493	3 091 047	2 592
2004 ⁽¹⁾	539	1 309	2 429	3 983 080	10 331 612	2 594	1 247 362	3 037 392	2 435

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

(1) Estimativa.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2003

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459
1998	854 517	236 358	193 435
1999	957 237	198 873	229 466
2000	1 041 412	181 113	235 315
2001	1 121 828	197 985	263 451
2002	1 235 681	219 350	333 951
Janeiro	108 143	16 217	25 688
Fevereiro	92 700	15 727	23 247
Março	92 731	14 361	24 787
Abril	104 996	18 495	28 516
Mai	101 833	16 465	28 223
Junho	100 807	16 944	26 889
Julho	116 253	17 934	29 970
Agosto	106 345	18 803	30 677
Setembro	103 766	19 608	28 916
Outubro	109 473	23 072	31 264
Novembro	99 931	21 024	28 849
Dezembro	98 702	20 701	26 926
2003	983 406	150 765	271 982
Janeiro	109 999	15 544	31 393
Fevereiro	98 465	15 161	28 084
Março	99 991	16 155	29 054
Abril	101 153	17 152	29 760
Mai	112 623	17 420	30 246
Junho	103 349	15 244	29 913
Julho	120 730	15 638	32 243
Agosto	115 940	17 616	30 363
Setembro	121 156	20 834	30 928

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

TABELA 3 - PRODUÇÃO DE COLHEITADEIRAS E TRATORES, NO PARANÁ - 1976 - MARÇO 2004

ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)		ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)	
	Colheitadeiras	Tratores		Colheitadeiras	Tratores
1976	1 515	5 186	Fevereiro	279	652
1977	1 356	8 826	Março	286	702
1978	1 614	9 636	Abril	132	901
1979	1 635	12 575	Mai	126	787
1980	1 936	13 482	Junho	128	635
1981	1 954	14 105	Julho	40	1 180
1982	1 179	6 606	Agosto	142	921
1983	1 079	3 345	Setembro	234	1 066
1984	1 748	7 921	Outubro	292	1 148
1985	2 167	9 728	Novembro	270	860
1986	2 029	10 588	Dezembro	218	499
1987	2 121	9 479	2003	3 112	10 449
1988	1 567	8 847	Janeiro	220	478
1989	1 386	6 189	Fevereiro	238	734
1990	885	4 111	Março	247	776
1991	584	2 677	Abril	129	956
1992	593	2 893	Mai	192	1 040
1993	1 038	4 475	Junho	196	929
1994	1 707	9 011	Julho	220	1 084
1995	859	5 095	Agosto	317	1 126
1996	897	4 180	Setembro	324	1 063
1997	1 296	6 062	Outubro	395	867
1998	1 380	6 025	Novembro	347	886
1999	1 351	4 854	Dezembro	287	510
2000	1 692	6 251	2004	1 005	2 030
2001	2 046	8 307	Janeiro	198	440
2002	2 448	9 752	Fevereiro	408	694
Janeiro	301	401	Março	399	896

FONTES: Anfavea, New Holland Latino-Americana Ltda

TABELA 4 - PRODUÇÃO DE AUTOVEÍCULOS, NO PARANÁ - 1999 - MARÇO 2004

ANO	PRODUÇÃO (unidades)		
	COMERCIAIS LEVES ⁽¹⁾	COMERCIAIS PESADOS	AUTOMÓVEIS DE PASSAGEIROS E DE USO MISTO
1999	4 677	4 176	41 864
2000	4 945	6 272	132 149
2001	1 755	5 854	169 441
2002	5 063	5 512	131 285
Janeiro	1	241	4 722
Fevereiro	6	432	10 956
Março	9	520	12 335
Abril	447	554	13 080
Maio	523	526	12 137
Junho	671	463	10 720
Julho	749	474	13 169
Agosto	520	397	10 048
Setembro	632	501	11 435
Outubro	737	552	13 479
Novembro	654	455	10 351
Dezembro	114	397	8 853
2003	9 242	6 147	133 269
Janeiro	664	399	11 354
Fevereiro	803	486	13 218
Março	763	466	12 386
Abril	859	398	10 499
Maio	997	560	13 296
Junho	1 020	405	9 901
Julho	1 198	590	6 746
Agosto	867	543	9 336
Setembro	281	507	10 618
Outubro	1 192	719	13 134
Novembro	474	679	13 003
Dezembro	124	395	9 778
2004	3 014	2 065	41 098
Janeiro	929	562	12 845
Fevereiro	951	594	12 867
Março	1 134	909	15 386

FONTE: ANFAVEA

(1) Não inclui a picape Saveiro, veículo produzido em fábricas localizadas em São Bernardo do Campo (SP) e São José dos Pinhais (PR).

TABELA 5 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2003

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados				
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 345
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 244	52,00	560 259	11,54	1 741 015	35,87	28 727	0,59	4 854 245
1998	1 918 814	45,38	665 062	15,73	1 614 175	38,18	29 944	0,71	4 227 996
1999	1 735 679	44,14	626 797	15,94	1 528 134	38,86	41 954	1,07	3 932 564
2000	1 661 224	37,82	498 625	11,35	2 156 708	49,10	75 534	1,72	4 392 091
2001	2 280 929	42,89	561 244	10,55	2 414 089	45,40	61 247	1,15	5 317 509
2002	2 383 978	41,82	668 790	11,73	2 574 063	45,16	73 368	1,29	5 700 199
2003 ⁽¹⁾	2 984 894	41,73	877 823	12,27	3 212 969	44,92	77 549	1,08	7 153 235

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 6 - COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE E BRASILEIRO, SEGUNDO PRINCIPAIS MERCADOS - 2002-2003

BLOCOS ECONÔMICOS/ REGIÕES	PARANÁ					BRASIL					PART. PR/BR	
	2003		2002		Variação (%)	2003		2002		Variação (%)	2003 (%)	2002 (%)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)		US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)			
EXPORTAÇÃO	7 153 235	100,00	5 700 199	100,00	25,49	73 084 140	100,00	60 361 786	100,00	21,08	9,79	9,44
União Européia	2 148 900	30,04	1 859 928	32,63	15,54	18 102 065	24,77	15 113 391	25,04	19,78	11,87	12,31
Ásia (excl. Oriente Médio)	1 476 765	20,64	1 030 639	18,08	43,29	11 676 286	15,98	8 791 091	14,56	32,82	12,65	11,72
Estados Unidos (incl. Porto Rico)	1 044 913	14,61	1 038 758	18,22	0,59	16 692 354	22,84	15 534 804	25,74	7,45	6,26	6,69
Oriente Médio	603 960	8,44	386 732	6,78	56,17	2 817 593	3,86	2 341 756	3,88	20,32	21,44	16,51
Mercosul	500 482	7,00	262 404	4,60	90,73	5 671 853	7,76	3 310 817	5,48	71,31	8,82	7,93
Europa Oriental	337 420	4,72	200 826	3,52	68,02	2 270 662	3,11	1 754 912	2,91	29,39	14,86	11,44
África	275 943	3,86	269 214	4,72	2,50	2 860 120	3,91	2 362 317	3,91	21,07	9,65	11,40
Outros ⁽¹⁾	764 851	10,69	651 698	11,43	17,36	12 993 207	17,78	11 152 698	18,48	16,50	5,89	5,84
IMPORTAÇÃO	3 488 221	100,00	3 333 814	100,00	4,63	48 259 592	100,00	47 231 932	100,00	2,18	7,23	7,06
União Européia	1 215 380	34,84	1 312 331	39,36	-7,39	12 686 908	26,29	13 069 515	27,67	-2,93	9,58	10,04
Mercosul	564 034	16,17	582 573	17,47	-3,18	5 685 896	11,78	5 615 048	11,89	1,26	9,92	10,38
Estados Unidos (incl. Porto Rico)	438 845	12,58	398 462	11,95	10,13	9 564 117	19,82	10 437 889	22,10	-8,37	4,59	3,82
África	369 953	10,61	232 895	6,99	58,85	3 253 525	6,74	2 686 694	5,69	21,10	11,37	8,67
Ásia (excl. Oriente Médio)	317 895	9,11	315 346	9,46	0,81	8 923 346	18,49	7 996 372	16,93	11,59	3,56	3,94
Europa Oriental	230 296	6,60	133 209	4,00	72,88	1 165 013	2,41	918 720	1,95	26,81	19,77	14,50
Oriente Médio	78 997	2,26	102 720	3,08	-23,09	1 619 851	3,36	1 479 413	3,13	9,49	4,88	6,94
Outros	272 823	7,82	256 278	7,69	6,46	5 360 936	11,11	5 028 281	10,65	6,62	5,09	5,10

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

(1) Inclui provisão de navios e aeronaves.

TABELA 7 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS E RESPECTIVOS ITENS - JANEIRO-MARÇO 2003-2004

GRUPO/ITEM	2004		2003		VARIACÃO (%)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
Soja	416 219	22,80	412 973	30,57	0,79
Farelo	213 044	11,67	169 213	12,53	25,90
Óleo	103 926	5,69	115 790	8,57	- 10,25
Grão	99 249	5,44	127 970	9,47	- 22,44
Material de transporte	342 881	18,78	316 532	23,43	8,32
Automóveis	127 342	6,97	156 545	11,59	- 18,65
Autopeças	84 312	4,62	48 154	3,56	75,09
Motores para automóveis	81 748	4,48	73 182	5,42	11,71
Tratores e partes	29 744	1,63	20 080	1,49	48,13
Autoveículos comerciais leves e pesados	11 327	0,62	10 014	0,74	13,11
Chassis e carroçarias p/autoveículos comerciais	7 015	0,38	7 766	0,57	- 9,67
Outros	1 392	0,08	790	0,06	76,19
Madeira	219 467	12,02	157 648	11,67	39,21
Compensados	106 522	5,83	65 800	4,87	61,89
Serradas	43 208	2,37	43 249	3,20	- 0,09
Obras de marcenaria/carpintaria	20 640	1,13	15 256	1,13	35,29
Molduras	17 979	0,98	16 378	1,21	9,77
Outros	31 118	1,70	16 964	1,26	83,43
Cereais	218 850	11,99	24 178	1,79	805,16
Milho	182 701	10,01	24 145	1,79	656,68
Trigo	32 425	1,78	-	-	-
Outros	3 724	0,20	33	-	-
Carnes	199 707	10,94	151 989	11,25	31,40
Aves	156 778	8,59	112 083	8,30	39,88
Bovinos	20 752	1,14	15 333	1,13	35,35
Suínos	17 329	0,95	21 240	1,57	- 18,41
Outros	4 849	0,27	3 333	0,25	45,47
Máquinas e instrumentos mecânicos	63 755	3,49	39 305	2,91	62,21
Máquinas e implementos agrícolas	27 629	1,51	11 796	0,87	134,21
Refrigeradores/congeladores	13 395	0,73	6 390	0,47	109,62
Componentes hidráulicos	1 896	0,10	6 032	0,45	- 68,57
Outros	20 836	1,14	15 086	1,12	38,11
Papel	53 880	2,95	36 958	2,74	45,79
<i>Kraftliner</i> para cobertura	16 369	0,90	8 062	0,60	103,04
<i>Kraft</i> p/escrita, impressão e gráfica	11 633	0,64	6 244	0,46	86,29
Coché	8 660	0,47	8 519	0,63	1,65
Outros	17 219	0,94	14 132	1,05	21,84
Café	43 770	2,40	37 301	2,76	17,35
Solúvel	27 047	1,48	23 814	1,76	13,57
Grãos	14 471	0,79	11 389	0,84	27,06
Extratos, essências e concentrados	2 253	0,12	2 098	0,16	7,39
Metais comuns	36 220	1,98	17 062	1,26	112,29
Artefatos de ferro/aço	4 871	0,27	2 871	0,21	69,66
Materiais de alumínio	2 472	0,14	891	0,07	177,45
Laminados de ferro/aço	2 198	0,12	59	-	-
Outros	26 680	1,46	13 241	0,98	101,49
Material elétrico	35 882	1,97	7 295	0,54	391,84
Componentes de telefonia/telegrafia	26 665	1,46	3 161	0,23	743,54
Transformadores/conversores	2 366	0,13	500	0,04	373,55
Condutores (inclui fibras óticas)	1 908	0,10	856	0,06	122,90
Outros	4 943	0,27	2 779	0,21	77,90
Açúcar	22 873	1,25	24 186	1,79	- 5,43
Em bruto	18 047	0,99	24 012	1,78	- 24,84
Refinado	4 826	0,26	175	0,01	2 665,28
Químicos diversos	17 713	0,97	19 571	1,45	- 9,49
Couros e artigos derivados	17 303	0,95	19 376	1,43	- 10,70
Couro preparado ou curtido	11 369	0,62	11 332	0,84	0,33
Outros	5 934	0,33	8 044	0,60	- 26,23
Adubos e fertilizantes	15 524	0,85	5 076	0,38	205,85
Fios e Tecidos	11 056	0,61	7 646	0,57	44,59
Outros	126 169	6,91	78 955	5,84	59,80
TOTAL GERAL	1 825 747	100,00	1 350 974	100,00	35,14

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

NOTA: Dados preliminares.

TABELA 8 - IMPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS E RESPECTIVOS ITENS – JANEIRO-MARÇO 2003-2004

GRUPO/ITEM	2004		2003		VARIÇÃO (%)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
Material de transporte	185 596	22,80	225 167	30,80	- 17,57
Autopeças	144 363	17,73	169 707	23,21	- 14,93
Motores para autoveículos	19 750	2,43	25 263	3,46	- 21,82
Automóveis	6 491	0,80	15 155	2,07	- 57,17
Pneumáticos	3 789	0,47	3 245	0,44	16,75
Tratores	2 709	0,33	3 542	0,48	- 23,52
Autoveículos comerciais leves e pesados	2 027	0,25	3 858	0,53	- 47,45
Outros	6 468	0,79	4 396	0,60	47,11
Açúcares e fertilizantes	126 847	15,58	58 497	8,00	116,85
Potássicos	49 572	6,09	24 853	3,40	99,46
Nitrogenados	30 568	3,76	18 282	2,50	67,20
Fosfatados	7 770	0,95	373	0,05	1 984,46
Fosfatos	6 968	0,86	2 067	0,28	237,16
Outros	31 969	3,93	12 922	1,77	147,40
Máquinas e instrumentos mecânicos	90 137	11,07	92 579	12,66	- 2,64
Aparelhos de ar e compressores	14 274	1,75	18 335	2,51	- 22,15
Máquinas para usinagem de metais	8 501	1,04	6 528	0,89	30,24
Partes de bombas p/ líquidos	7 571	0,93	4 860	0,66	55,79
Componentes hidráulicos	6 864	0,84	5 594	0,77	22,71
Máquinas e implementos agrícolas	5 696	0,70	4 085	0,56	39,46
Rolamentos e esferas	4 965	0,61	4 047	0,55	22,70
Outros	42 265	5,19	49 132	6,72	- 13,98
Material elétrico	83 610	10,27	68 110	9,32	22,76
Componentes eletroeletrônicos	19 811	2,43	9 562	1,31	107,19
Equipamentos de telecomunicações/telefonia	7 746	0,95	7 156	0,98	8,26
Dispositivos de conexão/interrupção elétrica	6 095	0,75	6 722	0,92	- 9,32
Transformadores/conversores	4 229	0,52	2 674	0,37	58,17
Outros	45 728	5,62	41 997	5,74	8,88
Produtos químicos diversos	67 571	8,30	40 817	5,58	65,54
Metais comuns	35 282	4,33	27 368	3,74	28,91
Artefatos de ferro/aço	17 172	2,11	13 709	1,88	25,26
Materiais de alumínio	3 409	0,42	3 963	0,54	- 13,98
Outros	14 701	1,81	9 696	1,33	51,62
Combustíveis e lubrificantes	34 518	4,24	20 865	2,85	65,43
Óleo diesel e lubrificantes	17 982	2,21	1 047	0,14	1 617,46
Óleo bruto de petróleo	12 625	1,55	11 416	1,56	10,58
Outros	3 911	0,48	8 401	1,15	- 53,45
Matérias plásticas	25 370	3,12	24 525	3,35	3,45
Matérias-primas plásticas	8 728	1,07	7 189	0,98	21,40
Artefatos plásticos	7 658	0,94	8 139	1,11	- 5,90
Chapas, folhas e tiras plásticas	6 170	0,76	6 168	0,84	0,02
Outros	2 814	0,35	3 028	0,41	- 7,07
Papel e celulose	21 748	2,67	17 922	2,45	21,34
Pasta química	9 460	1,16	11 651	1,59	- 18,80
Kraft p/escrita, impressão e gráfica	5 636	0,69	3 013	0,41	87,05
Outros	6 652	0,82	6 271	0,86	6,06
Soja	15 812	1,94	32 710	4,47	- 51,66
Grão	13 871	1,70	28 072	3,84	- 50,59
Outros	1 940	0,24	4 638	0,63	- 58,16
Minerais não metálicos	13 850	1,70	6 797	0,93	103,76
Artefatos de borracha	13 625	1,67	12 964	1,77	5,10
Cereais	12 670	1,56	32 427	4,44	- 60,93
Milho	6 214	0,76	3 576	0,49	73,77
Trigo	2 965	0,36	7 912	1,08	- 62,53
Outros	3 491	0,43	20 938	2,86	- 83,33
Fios e tecidos	8 821	1,08	10 575	1,45	- 16,59
Sintéticos	8 806	1,08	10 557	1,44	- 16,58
Outros	15	0,00	18	0,00	- 19,45
Madeira	5 992	0,74	3 558	0,49	68,39
Outros	72 606	8,92	56 150	7,68	29,31
TOTAL GERAL	814 052	100,00	731 031	100,00	11,36

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

NOTA: Dados preliminares.

TABELA 9 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA – 1994-2004

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	-3 465 614
1996	4 245 907	2 464 872	1 781 035	47 746 726	53 301 014	-5 554 288
1997	4 854 032	3 463 217	1 390 815	52 990 115	61 352 028	-8 361 913
1998	4 227 995	4 063 890	164 104	51 139 862	57 714 365	-6 574 504
1999	3 932 564	3 699 105	233 459	48 011 444	49 210 314	-1 198 870
2000	4 392 091	4 685 670	-293 579	55 085 595	55 834 343	-748 748
2001	5 317 509	4 929 457	388 052	58 222 642	55 572 176	2 650 466
2002	5 700 199	3 333.303	2 366 897	60 361 786	47 227 204	13 134 582
Janeiro	250 849	231.860	12 495	3 971 829	3 802 444	169 385
Fevereiro	309 359	230 866	59 018	3 658 349	3 396 788	261 561
Março	332 361	268 303	66 320	4 260 412	3 662 948	597 464
Abril	372 907	289 707	34 704	4 641 400	4 141 868	499 531
Maio	364 982	269 674	52 284	4 441 380	4 063 263	378 117
Junho	343 324	286 867	112 027	4 078 559	3 399 611	678 948
Julho	492 269	338 650	202 742	6 223 334	5 020 022	1 203 312
Agosto	449 584	289 674	180 382	5 751 020	4 173 551	1 577 469
Setembro	1 294 671	320 709	1 020 597	6 491 807	3 990 272	2 501 535
Outubro	627 998	324 277	295 252	6 474 408	4 272 416	2 201 992
Novembro	502 314	371 921	243 187	5 126 951	3 858 063	1 268 888
Dezembro	359 582	265 907	87 888	5 242 336	3 445 957	1 796 379
2003 ⁽¹⁾	7 153 235	3 488 221	3 665 014	73 084 140	48 259 592	24 824 547
Janeiro	415 305	231 860	183 445	4 805 211	3 650 330	1 154 921
Fevereiro	405 642	230 867	174 775	5 001 174	3 885 078	1 115 096
Março	530 027	268 303	261 724	5 238 699	3 703 049	1 535 649
Abril	657 474	289 707	367 767	5 710 491	3 989 696	1 720 794
Maio	716 000	269 674	446 326	6 372 184	3 854 164	2 518 019
Junho	630 768	286 864	343 904	5 874 570	3 520 575	2 353 995
Julho	562 814	338 650	224 164	6 104 456	4 049 109	2 055 345
Agosto	830 396	289 514	540 882	6 403 412	3730 785	2 672 626
Setembro	668 309	320 705	347 604	7 280 148	4 612 816	2 667 332
Outubro	662 857	324 275	338 581	7 565 644	5 025 143	2 540 500
Novembro	519 165	371 976	147 189	5 980 003	4 248 982	1 731 020
Dezembro	554.477	371 976	288 569	6 748 147	3 988 901	2 759 246
2004 ⁽¹⁾	1 825 747	814 052	1 011 695	19 448 276	13 280 408	6 167 868
Janeiro	507 086	248 520	258 566	5 799 645	4 215 237	1 584 407
Fevereiro	520 516	258 251	262 265	5 721 636	3 740 108	1 981 528
Março	798 144	307 282	490 863	7 926 995	5 325 062	2 601 933

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

(1) Dados preliminares.

TABELA 10 - ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (IPC) EM CURITIBA – 1999 - MARÇO 2004

PERÍODO	VARIAÇÃO (%)	PERÍODO	VARIAÇÃO (%)
1999	9,52	Janeiro	1,88
2000	6,23	Fevereiro	0,61
2001	5,90	Março	1,19
2002	12,02	Abril	0,87
Janeiro	0,88	Maio	0,51
Fevereiro	0,20	Junho	-0,11
Março	0,40	Julho	0,06
Abril	0,78	Agosto	0,43
Maio	0,47	Setembro	0,43
Junho	0,55	Outubro	0,26
Julho	0,52	Novembro	0,21
Agosto	0,60	Dezembro	-0,05
Setembro	1,12	2004	2,70
Outubro	1,44	Janeiro	1,72
Novembro	2,95	Fevereiro	0,48
Dezembro	1,53	Março	0,48
2003	6,46		

FONTE: IPARDES

TABELA 11 - PRINCIPAIS ÍNDICES NACIONAIS DE PREÇOS - 1980-2004

PERÍODO	VARIÇÃO (%)				
	IPCA	IGP-DI	IGP-M	IPA-DI	INCC
1980	99,25	110,23	...	121,36	113,03
1981	95,62	95,20	...	94,28	86,12
1982	104,80	99,73	...	97,71	108,00
1983	164,01	211,02	...	234,04	148,91
1984	215,26	223,81	...	230,28	213,35
1985	242,23	235,13	...	225,77	283,63
1986	79,66	65,04	...	62,55	81,25
1987	363,41	415,95	...	407,25	416,58
1988	980,21	1 037,53	...	1 050,15	1 060,42
1989	1 972,91	1 782,85	...	1 748,91	2 022,58
1990	1 620,97	1 476,71	1 699,87	1 449,59	1 095,42
1991	472,70	480,23	458,38	471,67	486,30
1992	1 119,10	1 157,84	1 174,67	1 154,31	1 194,59
1993	2 477,15	2 708,17	2 567,34	2 639,47	2 763,41
1994	916,46	1 093,85	1 246,62	1 029,37	1 029,77
1995	22,41	14,77	15,24	6,38	31,48
1996	9,56	9,33	9,19	8,10	9,56
1997	5,22	7,48	7,74	7,80	6,81
1998	1,66	1,71	1,79	1,50	2,76
1999	8,94	19,99	20,10	28,88	9,20
2000	5,97	9,80	9,95	12,06	7,66
2001	7,67	10,40	10,37	11,88	8,85
2002	12,53	26,41	25,30	35,41	12,87
Janeiro	0,52	0,19	0,36	-0,13	0,36
Fevereiro	0,36	0,18	0,06	0,14	0,58
Março	0,60	0,11	0,09	-0,11	0,55
Abril	0,80	0,70	0,56	0,75	0,33
Mai	0,21	1,11	0,83	1,27	2,53
Junho	0,42	1,74	1,54	2,5	0,57
Julho	1,19	2,05	1,95	2,82	0,29
Agosto	0,65	2,36	2,32	3,32	1,00
Setembro	0,72	2,64	2,40	3,84	0,71
Outubro	1,31	4,21	3,87	6,02	1,13
Novembro	3,02	5,84	5,19	7,45	2,45
Dezembro	2,10	2,70	3,75	3,14	1,70
2003	9,30	7,66	8,69	6,27	14,42
Janeiro	2,25	2,17	2,33	2,21	1,51
Fevereiro	1,57	1,59	2,28	1,71	1,39
Março	1,23	1,66	1,53	1,93	1,38
Abril	0,97	0,41	0,92	0,07	0,90
Mai	0,61	-0,67	-0,26	-1,68	2,84
Junho	-0,15	-0,70	-1,00	-1,16	1,05
Julho	0,20	-0,20	-0,42	-0,59	0,99
Agosto	0,34	0,62	0,38	0,7	1,44
Setembro	0,78	1,05	1,18	1,29	0,22
Outubro	0,29	0,44	0,38	0,5	0,65
Novembro	0,34	0,48	0,49	0,46	1,04
Dezembro	0,52	0,60	0,61	0,74	0,16
2004	1,85	2,84	2,72	3,29	2,51
Janeiro	0,76	0,80	0,88	0,75	0,33
Fevereiro	0,61	1,08	0,69	1,42	1,00
Março	0,47	0,93	1,13	1,09	1,16

FONTES: IBGE, FGV

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 12 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ – 1982 – MARÇO 2004

continua

ANO	RESIDENCIAL			INDUSTRIAL			COMERCIAL			RURAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	1 299 593	969 291	1,34	3 001 995	17 813	168,53	851 549	128 761	6,61	272 938	84 482	3,23
1983	1 448 654	1 034 511	1,40	3 073 475	17 546	175,17	918 416	132 319	6,94	316 622	98 197	3,22
1984	1 540 255	1 087 628	1,42	3 501 765	17 414	201,09	1 004 286	134 149	7,49	375 082	110 924	3,38
1985	1 664 522	1 160 358	1,43	4 223 948	18 538	227,85	1 082 727	137 975	7,85	455 386	149 948	3,04
1986	1 742 477	1 226 376	1,42	4 344 589	22 414	193,83	1 040 502	147 003	7,08	529 374	180 612	2,93
1987	1 969 469	1 283 301	1,53	4 426 193	23 592	187,61	1 139 754	153 382	7,43	623 808	207 010	3,01
1988	2 131 094	1 352 531	1,58	4 812 478	24 765	194,33	1 198 790	159 021	7,54	666 583	225 616	2,95
1989	2 305 889	1 432 780	1,61	4 943 319	26 844	184,15	1 256 049	167 241	7,51	669 758	232 101	2,89
1990	2 532 547	1 487 769	1,70	4 942 352	28 307	174,60	1 326 884	174 915	7,59	710 262	239 930	2,96
1991	2 728 913	1 564 954	1,74	4 961 887	30 093	164,89	1 410 622	184 105	7,66	770 424	241 854	3,19
1992	2 803 183	1 661 526	1,69	5 277 590	29 719	177,58	1 465 433	189 726	7,72	783 676	242 718	3,23
1993	2 942 026	1 760 153	1,67	5 721 496	31 475	181,78	1 562 062	198 402	7,87	807 335	253 995	3,18
1994	3 083 465	1 850 043	1,67	6 109 250	34 527	174,33	1 644 415	206 957	7,95	849 676	261 024	3,26
1995	3 496 661	1 928 441	1,81	6 319 368	36 322	173,98	1 828 569	215 459	8,48	921 030	264 605	3,48
1996	3 893 958	2 017 401	1,93	6 481 741	39 319	164,85	1 997 484	223 907	8,92	972 044	271 667	3,58
1997	4 070 901	2 087 652	1,95	6 773 231	41 752	162,22	2 164 222	231 472	9,35	1 019 293	273 850	3,72
1998	4 315 128	2 162 281	2,00	7 076 156	43 040	164,41	2 323 067	236 269	9,84	1 053 364	282 738	3,73
1999	4 286 162	2 159 603	1,98	6 237 923	43 090	144,76	2 383 606	235 671	10,11	1 082 043	279 932	3,87
2000	4 447 391	2 226 052	1,99	6 868 185	44 225	155,30	2 562 616	242 115	10,58	1 128 692	286 710	3,93
2001	4 311 700	2 304 333	1,87	7 308 055	45 326	165,25	2 638 769	248 633	10,61	1 137 253	302 767	3,97
2002	4 306 640	2 361 718	1,82	7 554 424	46 383	162,87	2 726 240	252 031	10,82	1 216 176	313 642	3,88
Janeiro	359 266	2 307 510	0,16	574 508	45 312	12,68	223 110	248 486	0,90	98 221	306 867	0,32
Fevereiro	356 707	2 303 313	0,15	591 444	45 142	13,10	224 376	246 867	0,91	102 943	302 028	0,34
Março	345 798	2 317 426	0,15	624 228	45 342	13,77	229 898	248 041	0,93	102 100	304 884	0,33
Abril	380 086	2 326 035	0,16	633 133	45 348	13,96	256 015	249 126	1,03	108 643	306 399	0,35
Mai	367 783	2 330 219	0,16	633 833	45 411	13,96	230 954	249 449	0,93	106 253	307 423	0,35
Junho	356 695	2 332 046	0,15	641 085	45 468	14,10	213 957	249 801	0,86	99 786	307 766	0,32
Julho	345 858	2 331 731	0,15	638 103	45 380	14,06	208 313	249 501	0,83	98 669	308 952	0,32
Agosto	356 488	2 342 351	0,15	668 296	45 686	14,63	217 121	250 439	0,87	95 711	309 653	0,31
Setembro	360 375	2 349 687	0,15	664 903	45 980	14,46	223 906	250 973	0,89	98 567	310 352	0,32
Outubro	353 712	2 348 161	0,15	662 048	45 991	14,40	226 421	250 631	0,90	99 808	310 746	0,32
Novembro	370 490	2 361 596	0,16	623 449	46 293	13,47	235 841	251 868	0,94	103 530	312 599	0,33
Dezembro	353 382	2 361 718	0,15	599 394	46 383	12,92	236 328	252 031	0,94	101 945	313 642	0,33
2003	4 381 518	2 428 812	1,80	7 233 321	49 062	147,43	2 863 582	257 408	11,12	1 249 719	321 491	3,89
Janeiro	386 855	2 376 132	0,16	577 086	46 511	12,41	242 493	252 399	0,96	107 699	314 801	0,34
Fevereiro	370 475	2 369 600	0,16	593 402	46 326	12,81	246 521	251 170	0,98	111 083	315 234	0,35
Março	359 105	2 381 021	0,15	577 534	46 481	12,43	250 746	252 072	0,99	108 661	312 328	0,35
Abril	370 430	2 390 008	0,15	602 993	46 824	12,88	251 285	252 375	1,00	105 646	312 203	0,34
Mai	355 220	2 386 387	0,15	579 076	46 982	12,33	225 974	252 276	0,90	103 019	316 208	0,33
Junho	361 990	2 396 760	0,15	604 812	47 297	12,79	224 627	253 212	0,89	99 301	318 503	0,31
Julho	356 125	2 404 571	0,15	608 305	47 621	12,77	219 125	253 921	0,86	98 996	318 552	0,31
Agosto	362 601	2 407 322	0,15	611 374	47 936	12,75	233 287	254 679	0,92	100 064	319 998	0,31
Setembro	364 246	2 410 226	0,15	618 597	48 240	12,82	234 127	255 096	0,92	100 865	319 574	0,32
Outubro	362 314	2 416 767	0,15	612 457	48 629	12,59	238 260	255 901	0,93	102 151	319 772	0,32
Novembro	369 573	2 422 467	0,15	626 599	48 883	12,82	247 215	256 855	0,96	105 899	321 102	0,33
Dezembro	362 584	2 428 812	0,15	608 026	49 062	12,39	249 922	257 408	0,97	106 335	321 491	0,33
2004												
Janeiro	378 173	2 436 535	0,16	556 424	49 115	11,33	251 488	257 436	0,98	110 405	322 033	0,34
Fevereiro	378 806	2 441 103	0,16	581 142	49 179	11,82	263 675	257 437	1,02	118 227	322 364	0,37
Março	365 117	2 445 571	0,15	589 574	49 345	11,95	261 910	258 194	1,01	119 872	322 878	0,37

TABELA 12 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ – 1982 – MARÇO 2004

conclusão

ANO	ILUMINAÇÃO PÚBLICA			SERVIÇOS PÚBLICOS			PRÓPRIO			TOTAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	350 752	926	378,78	194 380	1 037	187,44	34 451	1 019	33,81	6 005 658	1 203 329	4,99
1983	366 667	931	393,84	217 676	1 148	189,61	51 427	1 073	47,93	6 392 937	1 285 725	4,97
1984	391 060	957	408,63	239 141	1 240	192,86	62 097	1 113	55,79	7 113 686	1 353 425	5,26
1985	426 117	990	430,42	249 879	1 371	182,26	60 867	1 101	55,28	8 163 344	1 470 281	5,55
1986	404 467	1 019	396,93	258 540	1 515	170,65	67 435	1 154	58,44	8 387 384	1 580 093	5,31
1987	472 246	1 029	458,94	280 669	1 627	172,51	67 805	1 198	56,60	8 979 944	1 671 139	5,37
1988	522 691	1 040	502,59	303 603	1 775	171,04	52 814	1 266	41,72	9 688 053	1 766 014	5,49
1989	542 071	1 029	526,79	311 674	1 862	167,39	53 035	1 302	40,73	10 081 795	1 863 159	5,41
1990	543 225	1 035	524,86	324 304	1 945	166,74	55 626	1 323	42,05	10 435 200	1 935 224	5,39
1991	555 513	1 041	533,63	349 943	2 069	169,14	49 385	1 314	37,58	10 826 687	2 025 430	5,35
1992	569 159	1 054	540,00	364 228	2 175	167,46	48 394	1 290	37,51	11 311 663	2 128 208	5,32
1993	581 418	1 056	550,59	385 049	2 345	164,20	48 830	1 282	38,09	12 048 216	2 248 708	5,36
1994	596 059	1 062	561,26	408 225	2 535	161,04	47 243	1 308	36,12	12 953 312	2 382 031	5,44
1995	617 280	1 066	579,06	432 308	2 695	160,41	50 285	1 368	36,75	13 998 664	2 475 295	5,65
1996	637 700	1 065	598,78	453 092	2 844	159,32	69 251	1 372	50,47	14 866 502	2 583 944	5,75
1997	664 359	2 581	257,40	468 424	2 903	161,36	72 469	1 367	53,01	15 232 899	2 641 577	5,77
1998	679 774	3 094	219,71	492 871	3 091	159,46	58 544	1 329	43,98	15 998 805	2 731 842	5,86
1999	662 423	3 180	208,31	496 069	3 165	156,74	35 725	1 152	31,01	15 203 951	2 725 793	5,58
2000	672 684	3 840	175,17	505 344	3 297	153,27	33 341	1 033	32,27	16 207 304	2 807 270	5,77
2001	675 604	4 133	163,47	518 944	3 346	155,09	27 393	593	26,52	16 617 718	2 909 131	5,71
2002	672 706	4 399	152,92	525 399	3 492	150,46	20 096	582	34,53	17 021 681	2 982 247	5,71
Janeiro	55 923	4 140	13,51	44 511	3 356	13,26	1 560	624	2,50	1 357 099	2 916 295	0,47
Fevereiro	56 143	4 164	13,48	43 768	3 331	13,14	2 487	613	4,06	1 377 868	2 905 458	0,47
Março	56 488	4 173	13,54	42 428	3 348	12,67	1 631	593	2,75	1 402 571	2 923 807	0,48
Abril	56 048	4 184	13,40	46 492	3 395	13,69	1 689	586	2,88	1 482 106	2 935 073	0,50
Mai	56 280	4 215	13,35	43 704	3 402	12,85	1 677	592	2,83	1 440 484	2 940 711	0,49
Junho	56 136	4 245	13,22	43 368	3 412	12,71	1 636	585	2,80	1 412 663	2 943 323	0,48
Julho	55 577	4 261	13,04	41 560	3 427	12,13	1 493	587	2,54	1 370 298	2 943 839	0,47
Agosto	56 073	4 291	13,07	43 462	3 457	12,57	1 561	586	2,66	1 438 712	2 956 463	0,49
Setembro	56 231	4 323	13,01	43 533	3 474	12,53	1 562	587	2,66	1 449 077	2 965 376	0,49
Outubro	56 315	4 380	12,86	44 066	3 489	12,63	1 556	583	2,67	1 443 926	2 963 981	0,49
Novembro	55 678	4 389	12,69	44 736	3 482	12,85	1 664	585	2,84	1 435 388	2 980 812	0,48
Dezembro	55 814	4 399	12,69	43 771	3 492	12,53	1 580	582	2,71	1 392 214	2 982 247	0,47
2003	671 510	5 208	128,94	542 456	3 553	152,68	19 608	580	33,81	16 961 714	3 066 114	5,53
Janeiro	55 670	4 411	12,62	46 845	3 490	13,42	1 721	584	2,95	1 418 369	2 998 328	0,47
Fevereiro	55 755	4 412	12,64	46 587	3 476	13,40	1 665	580	2,87	1 425 488	2 990 798	0,48
Março	55 417	4 439	12,48	43 710	3 482	12,55	1 659	583	2,85	1 396 831	3 000 406	0,47
Abril	55 689	4 463	12,48	45 571	3 461	13,17	1 689	581	2,91	1 433 303	3 009 915	0,48
Mai	55 795	4 497	12,41	44 310	3 469	12,77	1 558	581	2,68	1 364 952	3 010 400	0,45
Junho	55 811	4 517	12,36	44 738	3 487	12,83	1 496	583	2,57	1 392 775	3 024 359	0,46
Julho	56 182	4 540	12,37	44 003	3 492	12,60	1 529	584	2,62	1 384 265	3 033 281	0,46
Agosto	56 119	4 778	11,75	45 013	3 490	12,90	1 565	581	2,69	1 410 023	3 038 784	0,46
Setembro	56 270	4 881	11,53	44 473	3 533	12,59	1 557	580	2,68	1 420 135	3 042 130	0,47
Outubro	56 307	4 961	11,35	45 979	3 555	12,93	1 627	579	2,81	1 419 095	3 050 164	0,47
Novembro	56 196	5 175	10,86	46 560	3 550	13,12	1 797	581	3,09	1 453 839	3 058 613	0,48
Dezembro	56 299	5 208	10,81	44 667	3 553	12,57	1 746	580	3,01	1 429 579	3 066 114	0,47
2004												
Janeiro	56 371	5 283	10,67	48 176	3 555	13,55	1 828	579	3,16	1 402 865	3 074 536	0,46
Fevereiro	56 456	5 378	10,50	47 089	3 555	13,25	1 973	580	3,40	1 447 368	3 079 596	0,47
Março	56 250	5 558	10,12	45 960	3 561	12,91	1 846	581	3,18	1 440 529	3 085 688	0,47

FONTE: COPEL

NOTA: A totalização dos dados abrange a distribuição direta de energia, exclusive para os poderes públicos.

TABELA 13 - VENDAS DE COMBUSTÍVEIS, NO PARANÁ - 1999-2004

PERÍODO	VENDAS (m ³)			
	Óleo Combustível	Gasolina ⁽¹⁾	Óleo Diesel	GLP
1999	612 534	1 619 097	2 979 938	847 527
2000	477 237	1 570 286	3 031 864	842 913
2001	408 320	1 477 508	3 229 577	819 977
2002	378 011	1 433 019	3 347 856	784 624
Janeiro	29 285	125 037	238 069	58 952
Fevereiro	30 644	121 912	251 285	59 661
Março	31 048	117 157	315 491	68 877
Abril	37 331	119 122	286 166	58 986
Mai	33 263	117 015	265 154	72 089
Junho	33 723	107 585	267 350	62 376
Julho	31 489	118 516	290 385	74 586
Agosto	31 562	115 781	297 533	67 730
Setembro	29 388	114 669	301 084	67 525
Outubro	33 943	129 388	331 778	66 908
Novembro	29 870	113 496	265 680	62 544
Dezembro	26 463	133 341	237 880	64 391
2003	288 062	1 471 381	3 437 857	760 707
Janeiro	25 267	116 164	234 057	53 169
Fevereiro	24 174	99 755	255 574	57 442
Março	35 540	105 729	304 958	60 181
Abril	30 693	122 433	287 864	58 500
Mai	29 064	132 781	296 632	65 739
Junho	28 385	116 296	265 177	62 991
Julho	31 583	127 436	299 137	70 808
Agosto	19 449	120 369	315 306	68 786
Setembro	17 061	122 516	308 080	69 414
Outubro	18 311	133 325	324 679	67 121
Novembro	14 126	122 114	278 756	61 910
Dezembro	14 410	152 463	267 636	64 646
2004	27 631	242 823	513 508	116 238
Janeiro	14 941	127 247	251 311	58 860
Fevereiro	12 690	115 576	262 198	57 378

FONTE: ANP

NOTA: Inclui o consumo das companhias distribuidoras.

(1) Não inclui a gasolina de aviação.

TABELA 14 - ÍNDICES DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA, NO PARANÁ - 2000-2004

PERÍODO	ÍNDICE (base fixa: 2000 = 100)					
	Combustíveis e lubrificantes	Hipermercados, supermercados, alimentos, bebidas e fumo	Tecidos, vestuário e calçados	Móveis e eletrodomésticos	Demais artigos de uso pessoal e doméstico	Total
2000	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
2001	102,58	97,69	101,07	95,47	99,81	99,11
2002	120,14	92,08	88,97	93,95	101,64	98,43
Janeiro	107,91	88,83	71,33	94,79	95,16	91,75
Fevereiro	99,66	84,98	72,45	76,84	91,14	86,50
Março	114,40	99,72	74,31	93,93	102,88	99,49
Abril	112,97	87,38	75,16	93,74	92,65	91,93
Maio	113,54	89,82	105,71	99,50	101,67	98,55
Junho	120,32	88,40	83,62	82,80	88,89	93,19
Julho	134,23	89,71	92,45	90,72	97,14	99,26
Agosto	141,83	94,24	90,64	91,05	102,66	103,43
Setembro	131,28	85,97	73,85	82,19	101,86	94,93
Outubro	132,20	93,43	85,23	92,33	111,48	102,23
Novembro	116,27	89,83	87,66	89,86	104,71	96,70
Dezembro	117,03	112,67	155,18	139,59	129,48	123,16
2003	128,07	89,00	92,84	100,31	101,11	99,28
Janeiro	109,83	86,30	67,59	97,59	93,17	90,40
Fevereiro	106,76	82,86	73,11	83,00	94,32	87,87
Março	131,93	88,16	74,96	83,91	91,82	94,73
Abril	130,08	87,03	91,01	87,29	96,92	96,79
Maio	133,20	86,42	98,63	98,61	104,27	100,02
Junho	128,30	79,58	84,80	83,40	88,70	90,66
Julho	143,56	85,89	93,55	96,85	97,26	99,79
Agosto	131,52	90,19	91,29	93,45	96,33	98,96
Setembro	124,28	85,81	82,17	94,06	94,74	94,38
Outubro	134,31	90,65	96,02	103,72	103,56	102,20
Novembro	131,80	91,31	93,18	104,27	116,49	103,85
Dezembro	131,23	113,80	167,75	177,51	135,71	131,74
2004						
Janeiro	99,95
Fevereiro	95,69

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 15 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-2004

continua

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)						
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Indústria de transformação	79,4	77,4	86,6	94,5	89,2	92,5	97,7
Alimentos	78,5	78,2	93,3	93,6	84,2	88,9	85,8
Bebidas	64,0	51,4	44,3	56,7	74,7	66,2	61,0
Madeira	60,2	62,0	64,9	62,8	62,0	67,1	65,2
Celulose, papel e produtos de papel	98,0	95,9	99,1	103,0	101,8	104,6	114,2
Refino de petróleo e álcool	76,9	74,1	84,0	94,0	82,6	96,2	96,7
Outros produtos químicos	61,9	67,5	81,3	94,4	80,7	103,9	110,1
Borracha e plástico	88,1	82,9	90,5	72,1	70,6	100,7	113,5
Minerais não metálicos	65,5	64,6	65,0	61,3	70,6	80,2	92,6
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	151,4	145,9	118,6	127,1	148,3	153,3	151,1
Máquinas e equipamentos	42,8	36,1	42,9	58,2	63,9	73,3	72,4
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	115,9	96,6	96,8	116,1	145,4	151,4	191,8
Veículos automotores	62,3	62,7	91,6	135,3	129,5	84,9	112,8
Mobiliário	59,9	44,4	53,5	58,1	68,7	91,9	87,8

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)						
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	jan/03
Indústria de transformação	101,1	99,7	99,0	102,5	100,0	105,7	93,2
Alimentos	90,6	96,2	93,9	99,3	100,0	104,7	76,3
Bebidas	62,7	67,6	71,9	91,8	100,0	94,4	85,6
Madeira	82,7	83,0	85,0	91,0	100,0	113,1	101,6
Celulose, papel e produtos de papel	113,4	112,9	117,8	104,2	100,0	100,2	100,0
Refino de petróleo e álcool	93,0	107,3	102,5	108,7	100,0	99,6	98,4
Outros produtos químicos	100,1	107,5	117,8	116,4	100,0	105,4	83,5
Borracha e plástico	111,2	100,0	90,3	90,5	100,0	95,0	95,8
Minerais não metálicos	87,0	89,8	91,6	92,7	100,0	97,2	95,2
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	134,2	121,8	98,0	94,9	100,0	98,6	85,7
Máquinas e equipamentos	63,4	62,7	73,3	80,9	100,0	113,8	104,8
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	184,8	152,4	265,4	248,1	100,0	97,3	89,3
Veículos automotores	106,4	79,2	101,8	101,8	100,0	117,3	105,0
Mobiliário	93,4	98,7	106,2	99,0	100,0	90,7	79,4

TABELA 15 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-2004

conclusão

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)						
	fev/03	mar/03	abr/03	maio/03	jun/03	jul/03	ago/03
Indústria de transformação	95,2	98,3	104,0	103,4	100,5	115,4	112,1
Alimentos	79,5	93,4	102,8	116,3	105,4	118,2	122,5
Bebidas	95,0	97,1	72,3	77,2	74,9	86,9	90,4
Madeira	106,3	104,4	105,8	109,5	104,4	111,1	109,6
Celulose, papel e produtos de papel	92,7	101,8	98,0	90,2	105,0	103,1	105,0
Refino de petróleo e álcool	88,6	96,7	100,7	89,6	102,9	110,2	105,3
Outros produtos químicos	101,8	96,6	92,3	100,1	108,4	138,7	138,2
Borracha e plástico	102,6	102,5	86,3	89,1	76,9	92,3	96,8
Minerais não metálicos	93,4	101,6	96,2	101,4	93,4	102,9	98,7
Produtos de metal – excl. máquinas e equip.	96,4	98,4	96,6	95,6	90,3	102,9	95,3
Máquinas e equipamentos	111,0	104,4	106,6	100,7	81,7	112,8	115,8
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	81,1	95,2	102,4	102,7	92,7	128,2	92,0
Veículos automotores	130,1	121,9	116,2	137,2	95,6	127,6	126,9
Mobiliário	80,1	71,2	80,0	81,6	82,9	86,7	92,5

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)						
	set/03	out/03	nov/03	dez/03	2004	jan/04	fev/04
Indústria de transformação	117,1	122,9	109,1	96,9	-	97,3	100,7
Alimentos	121,9	121,7	105,2	93,2	-	83,0	84,4
Bebidas	93,3	114,3	115,5	129,7	-	91,3	99,1
Madeira	124,2	134,3	125,1	120,8	-	129,7	111,9
Celulose, papel e produtos de papel	103,9	103,0	98,1	101,3	-	104,3	95,9
Refino de petróleo e álcool	103,9	109,1	96,8	92,5	-	90,1	89,9
Outros produtos químicos	131,6	135,0	78,9	60,4	-	108,4	93,1
Borracha e plástico	93,6	110,0	101,9	92,2	-	105,0	98,0
Minerais não metálicos	94,9	99,1	97,7	91,4	-	91,0	88,8
Produtos de metal – excl. máquinas e equip.	106,8	109,8	110,8	94,6	-	98,9	92,0
Máquinas e equipamentos	120,5	144,6	158,6	104,1	-	93,4	118,6
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	98,7	109,5	85,2	90,2	-	81,5	81,6
Veículos automotores	113,5	128,7	127,0	78,4	-	130,9	127,1
Mobiliário	102,6	114,3	117,0	100,6	-	71,7	76,5

FONTE: Pesquisa Industrial Mensal - IBGE

NOTA: Nova série, com a atualização da amostra de produtos e informantes e da estrutura de ponderação dos índices.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

TABELA 16 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2001-2004

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: 2001=100)								
	2001	2002	2003	Jan/03	Fev/03	Mar/03	Abr/03	Mai/03	Jun/03
Indústria geral	100,00	100,22	102,65	100,35	101,08	101,97	102,43	103,39	103,39
Indústrias extrativas	100,00	96,26	91,98	95,84	96,52	97,89	96,84	95,79	97,05
Indústria de transformação	100,00	100,27	102,78	100,41	101,15	102,02	102,50	103,48	103,46
Alimentos e bebidas	100,00	108,69	119,34	109,63	108,94	113,51	118,04	118,94	120,28
Fumo	100,00	94,35	86,70	50,43	171,00	180,85	174,18	104,34	53,33
Têxtil	100,00	100,60	95,15	98,25	96,86	96,88	93,27	94,98	94,74
Vestuário	100,00	110,60	120,82	117,62	116,98	119,21	119,01	121,14	120,55
Calçados e couro	100,00	92,12	83,03	88,35	88,38	87,05	83,70	84,68	81,76
Madeira	100,00	90,52	87,71	91,52	93,16	92,73	90,37	89,69	89,35
Papel e gráfica	100,00	102,00	112,58	110,62	113,98	114,47	108,90	108,02	107,79
Refino de petróleo e combustíveis	100,00	107,12	148,91	87,92	90,95	98,56	120,37	187,11	190,39
Produtos químicos	100,00	96,83	87,29	89,69	90,55	90,37	88,33	84,34	81,70
Borracha e plástico	100,00	103,79	92,86	98,23	97,83	96,39	97,41	97,69	96,47
Minerais não-metálicos	100,00	110,98	108,27	110,09	109,05	108,71	108,61	108,42	106,96
Metalurgia básica	100,00	84,00	76,32	73,15	75,37	74,70	79,05	79,52	84,71
Produtos de metal ⁽¹⁾	100,00	94,47	96,42	94,93	100,54	102,08	102,48	96,96	96,51
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	100,00	110,52	124,33	119,29	119,83	119,88	124,84	125,85	123,26
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	100,00	101,98	92,26	103,37	102,59	96,72	91,37	92,37	93,00
Fabricação de meios de transporte	100,00	90,93	96,31	92,53	93,86	94,67	95,44	96,02	96,91
Fabricação de outros produtos	100,00	81,57	71,71	71,28	71,31	70,61	70,49	69,26	70,76

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: 2001=100)								
	Jul/03	Ago/03	Set/03	Out/03	Nov/03	Dez/03	2004	Jan/04	Fev/04
Indústria geral	103,13	103,24	104,51	103,35	103,48	101,53	-	101,94	102,17
Indústrias extrativas	91,46	91,25	90,41	83,57	83,87	83,25	-	84,30	85,40
Indústria de transformação	103,26	103,38	104,68	103,58	103,71	101,75	-	102,14	102,36
Alimentos e bebidas	120,41	121,52	124,95	127,66	126,78	121,43	-	120,01	118,84
Fumo	52,46	52,17	52,17	51,59	50,43	47,53	-	68,69	184,90
Têxtil	95,36	95,84	95,66	93,33	94,06	92,58	-	92,42	95,01
Vestuário	127,25	123,93	125,08	121,76	120,19	117,09	-	121,64	120,29
Calçados e couro	80,06	79,18	83,47	82,48	81,47	75,78	-	76,30	74,65
Madeira	84,73	85,48	85,78	83,39	82,92	83,40	-	86,57	88,23
Papel e gráfica	113,23	113,38	113,65	114,94	116,17	115,79	-	116,62	116,82
Refino de petróleo e combustíveis	189,46	190,36	190,30	161,53	143,19	136,84	-	96,31	96,36
Produtos químicos	86,36	86,14	89,05	92,58	88,47	79,94	-	80,67	83,52
Borracha e plástico	93,98	92,28	90,34	82,97	84,94	85,78	-	87,14	88,34
Minerais não-metálicos	113,04	111,93	113,22	105,07	102,77	101,32	-	104,42	107,82
Metalurgia básica	79,47	71,90	71,24	76,69	77,09	72,98	-	74,98	75,26
Produtos de metal ⁽¹⁾	95,24	94,44	94,36	92,09	93,24	94,15	-	97,19	97,46
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	118,04	120,69	121,09	122,56	139,08	137,58	-	135,18	131,86
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	89,91	88,54	87,71	87,18	86,98	87,35	-	87,01	87,52
Fabricação de meios de transporte	97,68	98,38	97,81	98,58	97,07	96,79	-	97,84	98,11
Fabricação de outros produtos	68,16	70,04	73,78	74,92	75,05	74,84	-	75,62	74,50

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 17 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ⁽¹⁾ - 1995-2004

ANO	SETORES (número de vagas)						TOTAL
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	
1995	- 15 192	- 2 923	- 6 410	602	- 1 448	44	- 25 327
1996	- 7 081	- 2 096	- 6 691	- 16 109	- 793	- 35	- 32 805
1997	4 464	278	6 529	- 2 100	- 1 000	- 708	7 463
1998	- 16 127	- 3 658	- 7 332	- 4 695	- 3 634	- 211	- 35 657
1999	3 137	- 10 241	582	- 1 295	- 8 646	- 186	- 16 649
2000	8 475	- 18	7 548	13 733	- 1 866	271	28 143
2001	22 087	- 6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	- 1 376	21 872	14 299	- 241	-	58 589
Janeiro	2 438	358	- 257	865	- 2 302	-	1 102
Fevereiro	1 572	- 553	1 068	3 227	197	-	5 511
Março	3 623	- 1 569	1 580	3 922	1 205	-	8 761
Abril	8 059	361	1 500	1 345	5 047	-	16 312
Maiο	5 559	1 446	1 646	2 005	6 342	-	16 998
Junho	1 545	531	2 337	2 431	3 726	-	10 570
Julho	1 829	954	1 617	382	208	-	4 990
Agosto	2 461	316	2 044	2 227	- 343	-	6 705
Setembro	3 440	355	4 081	3 078	- 719	-	10 235
Outubro	936	664	2 763	2 052	- 1 476	-	4 939
Novembro	- 1 949	- 870	3 858	- 247	- 3 635	-	- 2 843
Dezembro	- 5 478	- 3 369	- 365	- 6 988	- 8 491	-	- 24 691
2003	18 066	- 3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
Janeiro	2 414	647	366	1 682	- 177	-	4 932
Fevereiro	3 558	- 117	1 552	5 534	243	-	10 770
Março	3 210	- 706	956	1 042	1 117	5	5 624
Abril	6 850	- 874	2 837	1 546	6 915	3	17 277
Maiο	3 418	995	2 141	1 455	8 202	5	16 216
Junho	912	- 566	1 901	1 186	1 796	-	5 229
Julho	752	- 549	1 593	1 232	443	-	3 471
Agosto	2 157	- 608	2 380	5 311	- 542	-	8 698
Setembro	4 106	336	2 737	2 875	59	-	10 113
Outubro	1 416	- 36	2 683	2 810	135	-	7 008
Novembro	- 1 024	- 78	5 742	1 965	- 2 393	-	4 212
Dezembro	- 9 703	- 2 347	- 114	- 9 293	- 9 723	-	- 31 180
2004	5 975	728	4 260	6 878	72	-	17 913
Janeiro	1 699	828	768	2 489	374	-	6 158
Fevereiro	4 276	- 100	3 492	4 389	- 302	-	11 755

FONTE: CAGED – MTE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 18 - TAXA DE DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA -
DEZEMBRO 2002 - FEVEREIRO 2004

PERÍODO	TAXA DE DESEMPREGO (%) ⁽¹⁾
2002	
Dezembro	6,40
2003	
Janeiro	7,80
Fevereiro	9,00
Março	10,00
Abril	9,60
Mai	10,20
Junho	10,20
Julho	10,30
Agosto	8,40
Setembro	8,40
Outubro	8,50
Novembro	8,00
Dezembro	6,50
2004	
Janeiro	7,10
Fevereiro	7,50

FONTE: PME-IPARDES/IBGE

NOTA: A taxa de desemprego é denominada pelo IBGE como taxa de desocupação.

(1) Período de referência de procura do trabalho: 30 dias.

TABELA 19 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ - 1995-2003

ANO	PRODUTO INTERNO BRUTO	
	Valor (R\$ milhão) ⁽¹⁾	Taxa Real de Crescimento (%)
1995	38 369	1,78
1996	47 720	7,24
1997	52 849	0,89
1998	56 798	5,30
1999	61 724	2,32
2000	65 969	5,06
2001	72 770	4,59
2002 ⁽²⁾	83 041	2,07
2003 ⁽³⁾	-	3,40

FONTE: IPARDES/IBGE

(1) Preços correntes.

(2) Resultados provisórios.

(3) Estimativa.